

**FACULDADE CÁSPER LÍBERO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**DO GRITO AO SILÊNCIO:  
REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES MUDIÁTICAS DA  
COMUNIDADE LGBTI**

**CIRO MARTINS PIRES DE OLIVEIRA**

SÃO PAULO  
Fevereiro 2019

**CIRO MARTINS PIRES DE OLIVEIRA**

**DO GRITO AO SILÊNCIO:  
REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES MUDIÁTICAS DA  
COMUNIDADE LGBTI**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade Cásper Líbero, na linha de pesquisa Produtos Mudiáticos: Jornalismo, imagem e Entretenimento, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.  
Orientadora: Profa. Dra. Ana Luiza Coiro Moraes

SÃO PAULO  
Fevereiro 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

Oliveira, Ciro Martins de

Do grito ao silêncio: representações e identidades midiáticas da comunidade LGBTI. / Ciro Martins de Oliveira -- São Paulo, 2019.

90 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Ana Luiza Coiro Moraes

1. Jornalismo. 2. Estudos Culturais. 3. Circuito da cultura. 4. LGBTI. Oliveira, Ciro Martins de. II. Faculdade Cásper Líbero, Mestrado em Comunicação. III. Título.

CDD 306.766

*Bibliotecária responsável: Ana Maria Pereira da Silva - CRB 8/9086*

*“Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é” – Caetano Veloso.  
Dedico esta dissertação a cada corpo não noticiado, a cada fala não ouvida, a cada grito abafado e a cada rosto não identificado. Dedico às travestis, aos(às) transexuais, aos(às) bissexuais, aos homossexuais, às lésbicas e aos(às) intersexuais. Peço desculpas, em nome do jornalismo, pela constante omissão de suas mortes e descaso com suas vidas. Dedico a minha pesquisa à luta de vocês e à minha luta. Em um país extremamente LGBTIfóbico, governado por um presidente assumidamente LGBTIfóbico, o amor, a luta e a sexualidade de vocês será resistência.*

## AGRADECIMENTOS

### **À minha orientadora**

Profa. Dra. Ana Luiza Coiro Moraes por, desde o começo, acreditar nesta pesquisa e no meu potencial para executar o trabalho.

### **Aos meus pais e minha irmã**

Ao meu pai Ruy por me dar total apoio para seguir este caminho. À minha mãe Regina por sempre me incentivar. E à minha irmã Natália por estar ao meu lado.

### **À minha família de coração**

Aos meus amigos que foram, são e continuarão sendo minha eterna base. Um jovem LGBT aprende, desde pequeno, que há uma configuração de família que vai além dos laços biológicos: os amigos. Gostaria de agradecer a paciência, o empenho e o companheirismo de todos e todas.

### **Aos professores do mestrado**

Aos professores com que tive aulas: *Luís Mauro Sá Martino*, *José Eugênio de Oliveira Menezes* e *Marli dos Santos*. Especialmente, à Profa. Dra. *Simonetta Persichetti*, com quem tive o prazer de ter aulas e estagiar durante o período do mestrado, por me abraçar logo no início desta jornada.

### **Aos LGBTI's**

Aos LGBTI's por persistirem em uma luta que, cada vez mais, é dolorida, mas necessária.

## RESUMO

Este trabalho aborda a representação das identidades LGBTIs na imprensa brasileira, mais especificamente, nas revistas de alta circulação semanal: Veja, Carta Capital, IstoÉ e Época. A pesquisa traz dois momentos: uma análise quantitativa dos anos de 2016 e 2017 nas revistas, fazendo o levantamento do número de matérias que abordaram a temática ao longo dos dois anos; e uma análise cultural de algumas matérias destacadas para refletir sobre os discursos que nascem das reportagens. Para isto, foi utilizado o Circuito da Cultura de Du Gay et. al (1994), que foi adaptado para esta pesquisa como Circuito da Cultura LGBTI, com os eixos: memória, identidade, produção e representação. Autores como Stuart Hall, Katheryn Woodward, João Freire Filho, Aleida Assmann e Raymond Williams trazem a bagagem sobre os Estudos Culturais, que norteiam o trabalho com reflexões sobre identidade, representação e memória. Para ampliar a discussão, autores como Boris Kossoy, Martine Joly, Andrei Tarkovsky e Eclea Bosi são convocados para falar sobre a imagem e sua interpretação. Através deste aparato metodológico e do referencial teórico destes autores(as), é possível apontar o jornalismo como sendo uma das forças para a mudança e estagnação em relação ao que se pensa da comunidade. O estudo permite apontar algumas identidades estereotipadas que nascem dos discursos das revistas, como: 1) identidade do transexual como frágil; 2) homossexual como promíscuo e detentor do vírus HIV; 3) os sujeitos que tiveram suas histórias de superação; 4) brasileiro como acolhedor das diferenças. A imprensa pode ser enxergada como um dos pilares para a representação das identidades e, portanto, construtora de uma memória cultural acerca dos temas proferidos. Assim, é importante que o jornalismo ande lado a lado com as pautas sociais para não publicar desinformação ou superficialidade. De maneira geral as revistas não abordam sobre a violência que é cometida contra esta comunidade e isto acaba deixando o assunto na penumbra da discussão.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Estudos Culturais; Circuito da Cultura; LGBTI

## ABSTRACT

This dissertation approaches the representation of the LGBTI identities in the Brazilian press, more specifically, on the magazines of national weekly circulation: *Veja*, *Carta Capital*, *IstoÉ* and *Época*. The research brings two moments: a quantitative analysis of 2016 and 2017 on the magazines bringing a data collection of articles on those years; and a cultural analysis of a few articles to discuss about the discourses that comes from it. For that, it was used the Circuit of Culture of Du Gat et. Al (1994) that was adapted to this research as LGBTI Circuit of Culture, with: memory, identity, production and representation. Authors such as Stuart Hall, Katheryn Woodward, João Freire Filho, Aleida Assmann and Raymond Williams are used to discuss about cultural studies that are the solid ground about the reflection around identity, representation and memory. To expand the discussion, authors like Boris Kossoy, Martine Joly, Andrei Tarkovsky and Eclea Bosi are invoked to talk about images and its interpretation. With the methodology and the authors, it is possible to point the journalism as one of the biggest forces to change and stagnation in relation to the community. The study allows to highlight some identities that come from the discourses, such as: 1) Identity of the transsexual as fragile; 2) homosexual as promiscuous and holder of the HIV virus; the individuals that had the overcome stories; Brazilian as a warm and welcoming people of the differences. The press can be seen as one of the pillars to a representation of the identities and, because of that, constructor of the cultural memory of the theme. So it is important that journalism keep track of the social discussions so it doesn't publish disinformation and shallow articles. The magazines do not talk about the violence that is committed to the LGBTI community and that leaves the discussion in the shadows.

**Keywords:** Journalism; Cultural Studies; Circuit of Culture; LGBTI

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução</b> .....	10
	1.1 Estado da arte.....	13
<b>2.</b>	<b>O Circuito da Cultura nas representações midiáticas</b> .....	17
	2.1. Identidade Cultural: a pluralidade do ser na diferença.....	17
	2.2. Representação: discursos textuais e imagéticos das identidades.....	20
	2.2.1. O discurso imagético: o caminho da imagem na construção de uma realidade.....	25
	2.2.2. Estereótipos: o enjaulamento de identidades.....	32
	2.3. Memória: o que fica do que foi dito e do que foi omitido.....	34
	2.3.1. Memória Cultural: o atrelamento do oculto e do representado na memória de uma sociedade.....	36
	2.4. Produção: mecanismos que norteiam o fazer jornalístico.....	42
	2.4.1. Jornalismo de revista.....	42
	2.4.2. Formato e gêneros jornalísticos da revista.....	43
<b>3.</b>	<b>Metodologia</b> .....	46
<b>4.</b>	<b>Análise e Interpretação de dados</b> .....	51
	4.1. Identidade e invisibilidade: os crimes de ódio nas revistas ao longo de dois anos.....	52
	4.2. Identidade e superação: narrativas LGBTI na revista Veja.....	54
	4.3. Identidade e banalidade: brasileiro como povo acolhedor da diversidade na IstoÉ.....	59
	4.4. Identidade e política: representações de LGBTIs no âmbito político.....	61
	4.5. Identidade e fragilidade: a figura do(a) transexual na capa da Veja.....	68
	4.6. Identidade e promiscuidade: a representação do homossexual como detentor do HIV na revista Época.....	73
<b>5.</b>	<b>Considerações Finais</b> .....	81
<b>6.</b>	<b>Referências</b> .....	83
	<b>Anexo</b> .....	86

## Lista de Ilustrações

Figura 1- Jornal O dia.....	37
Figura 2- Jornal Notícias Populares.....	37
Figura 3- O circuito da cultura.....	47
Figura 4- Circuito da Cultura LGBTI.....	49
Figura 5- A irrelevância dos extremos.....	61
Figura 6- Mais um passo à frente.....	64
Figura 7- Retratos Capitais.....	66
Figura 8- Meu filho é trans.....	68
Figura 9- Pais e filhos transexuais.....	70
Figura 10- Cazuza na capa de Veja.....	73
Figura 11- PrEP na capa da Época.....	76
Tabela 1- Levantamento do número de matérias nas revistas.....	46
Tabela 2- Quantidades de matérias LGBTI.....	53
Gráfico 1- Vítimas por seguimento LGBTI.....	52

## 1. INTRODUÇÃO

*O amor é tão longe...  
E a dor é tão perto  
Pedro Abrunhosa*

“Do grito ao silêncio: Representações e identidades midiáticas da comunidade LGBTI” quer cumprir a função de discutir a questão das identidades culturais LGBTIs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e Intersex) que nascem dos discursos imagéticos e textuais da imprensa brasileira, mais especificamente nas revistas semanais de alta circulação no Brasil. O grito entra como uma metáfora a tudo que é dito, publicado sobre a comunidade e o silêncio entra como as narrativas que não são verbalizadas ou transformadas em imagem, ocupando o espaço da sombra, do invisível. A dissertação vem exatamente para entender este caminho e trazer reflexões sobre as texturas do grito e as consequências do silêncio, isto é, quais são as representações de tudo que é dito e no que podem implicar as pautas que não se tornam reportagens.

A área em questão é justamente a comunicação e pensar nas formas como ela interfere na produção, representação, processo de identificação e memória cultural de uma sociedade através do Circuito da Cultura e o aparato metodológico e teórico dos Estudos Culturais. Além disto, a pesquisa recorre também aos estudos da imagem e metodologia de análise da imagem também para abarcar as necessidades do trabalho em identificar nos discursos, não só textuais, mas também nos imagéticos as possíveis representações da comunidade.

O trabalho apresentado também é fruto de discussões dos Grupos de Pesquisa desenvolvidos na Faculdade Cásper Líbero. O “Estudos Culturais na Comunicação Contemporânea (ECCC)”, comandado pela Profa. Dra. Ana Luiza Coiro Moraes, traz as inquietações e questionamentos da perspectiva dos Estudos Culturais na comunicação. O “Comunicação Cultura e Visualidades”, sob comando da Profa. Dra. Simonetta Persichetti, traz a importância da leitura da imagem na vida de uma sociedade. Por isso, as discussões dentro dos dois grupos foram fundamental para entender a força da imprensa brasileira na representação dos LGBTIs.

A dissertação traz como instrumento de análise cultural o Circuito da Cultura LGBTI, adaptado a partir do Circuito da Cultura por Du Gay et al (1997, p. 4). Assim, os subcapítulos são destinados a desenvolver cada eixo adaptado do circuito original: memória, representação, identidade e produção. Por fim, o terceiro capítulo é destinado às análises das matérias publicadas pelas revistas e da coleta de dados extraída da pesquisa.

O tema sobre LGBTIs foi escolhido após a constatação que, em 2016, o Brasil ocupou o primeiro lugar no ranking dos países que mais matam LGBTIs no mundo. <sup>1</sup>A partir daí se iniciou um questionamento sobre o que, de fato, é produzido na imprensa sobre esta comunidade que causa tanto afastamento e ódio que resultam em agressões físicas e verbais destes sujeitos. Trabalhar tal questão por completo seria expandir a pesquisa a todas áreas que circunscrevem este assunto e, portanto, não é a intenção desta dissertação.

O que se traz aqui é uma reflexão sobre a representação midiática em revistas acerca da comunidade LGBTIs. Tendo em vista o poder político e social do jornalismo, esta pesquisa vem para questionar qual é a visibilidade dada ao assunto e, mais especificamente ainda, analisar reportagens que foram veiculadas nos anos de 2016 e 2017 nas revistas *Veja*, *Carta Capital*, *IstoÉ* e *Época*. No período selecionado foram encontradas 39 matérias. A revista foi escolhida por ter um tempo de apuração e de produção um pouco maior e diferente de outros meios de comunicação, o que acarreta um espaço maior para discussões mais profundas.

O que norteia a pesquisa é o tratamento dado às identidades LGBTIs nas representações midiáticas destes veículos. Por seguirem, em teoria, os critérios de noticiabilidade e valor notícia, há pautas dentro da temática que abrem espaço para narrativas como noção de corpo, cultura drag, identidade de gênero, orientação sexual, LGBTIfobia, Parada do orgulho LGBTI, políticas de “inclusão”, ações de afirmação, luta por direitos igualitários, entre outras.

Sendo o jornalismo uma forte ferramenta para construir e desconstruir paradigmas e estereótipos, a pesquisa vem para analisar se os veículos selecionados como seu *corpus* fazem o uso consciente das identidades LGBTIs, trazendo elucidação, informação e conhecimento, ou se ajudam a perpetuar alguns preceitos estabelecidos previamente por uma estrutura social, cultural, econômica e política.

“Do grito ao silêncio: representações e identidade midiáticas da comunidade LGBTI” busca, justamente, identificar, através da produção jornalística de revista, quais são as representações que nascem no interior dos discursos destes veículos e qual a sua relação com a memória cultural de uma sociedade. Tendo o grito como uma analogia ao que é dito e o silêncio, como de fato, ao que não é dito pela imprensa brasileira. A questão principal é: de que forma é dada a representação (imagética e textual) das identidades LGBTIs nas revistas *Veja*, *Carta*

---

<sup>1</sup> “420 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil em 2018 vítimas da homobotransfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando registraram-se 445 mortes, numero recorde nos 39 anos desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou esse banco de dados”. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 13 fev 2019

*Capital, Época e IstoÉ* e como estas revistas funcionam como repositórios da memória social, no que diz respeito às pautas da comunidade LGBTI?

A dissertação estabelece a hipótese primária de que seguindo os critérios de noticiabilidade, as revistas fazem uma pré-seleção das pautas que interessam dentro da temática, abrindo espaço para perfis literários e reportagens sobre artistas e pessoas LGBTIs presentes na mídia, mas na contramão, deixam na penumbra os crimes de ódio cometidos contra a comunidade e, dessa forma, afastam a sociedade da discussão sobre o tema. Uma hipótese secundária é a de que as revistas não tornam visíveis os crimes de ódio (LGBTIfobia) cometidos contra estas pessoas, isto é, não noticiam mortes de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais morto(as) em função de sua orientação sexual ou por suas relações de gênero.

A importância da pesquisa vem de forma que, ao analisar a representação discursiva (imagética e textual), discute-se o papel da mídia em transformar pensamentos críticos e, mais especificamente, como a imprensa pode pautar o pensar sobre a comunidade LGBTI.

Em 2016, o Brasil foi apontado pelo jornal New York Times como o país mais perigoso do mundo para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis. Segundo o jornal há um descompasso entre a fama de um país tolerante e os dados que informam sobre esta população. Por isso a escolha do ano de 2016 para iniciar a análise. Tratando-se de um ano em que a violência contra a comunidade LGBTI foi reconhecida internacionalmente.

A dissertação presente também traz análises culturais sobre matérias que, não necessariamente, circularam no período escolhido para a análise quantitativa, mas que para tornar o trabalho mais atual, foram também selecionadas e acolhidas do ano de 2018. São elas: “Meu filho é trans” (Veja), “Pódio para a diversidade” (IstoÉ), “Retratos Capitais” (Carta Capital), “A irrelevância dos extremos” e “Mais um passo à frente” (Veja – Imagens da Semana), “A outra pílula azul” (Época), “Diva de qualquer estação” (Veja) e “É Bafo!(Veja).

Dito isto, a pesquisa apresenta também caráter social, ao agregar ao meio acadêmico uma observação sobre uma comunidade que muitas vezes é marginalizada e hostilizada, trazendo como pauta de discussão e reflexão as questões relacionadas aos LGBTIs.

Construída sob a área de concentração “Comunicação na Contemporaneidade”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, a linha de pesquisa na qual esta pesquisa se insere é a “Produtos Midiáticos: Jornalismo, Imagem e Entretenimento”, para analisar a forma como produtos jornalísticos e o jornalismo representam as identidades da comunidade LGBTI. De forma que, ao pensar sobre a questão é possível entender o papel destas narrativas e os desdobramentos no meio social, enxergando no jornalismo o potencial de agente de transformação.

Esta dissertação terá o aporte teórico dos Estudos Culturais, utilizando-se de autores como Stuart Hall (1994) para discutir identidade cultural e representação, bem como João Freire Filho (2015) e seu trabalho sobre representações midiáticas das minorias, Renato Ortiz (1994) como suporte para o conceito de memória coletiva e Kathryn Woodward (2000) para falar sobre identidade e diferença. A linha adotada foi escolhida pela interlocução com as diferentes identidades culturais, suas representações na mídia e os desdobramentos dos mesmos. Mais importante ainda é por conversar diretamente ou indiretamente com o entendimento das identidades culturais LGBTIs e qual sua configuração no cenário social.

O trabalho também traz como aporte teóricos referentes à comunidade LGBTI, que discutem a marginalização desta população e os ataques feitos a ela. Sendo eles: a Doutora em psicologia social Jaqueline Gomes de Jesus (2016) com a obra *Homofobia: identificar e prevenir* (2016). O livro “Jornalismo, homofobia e relações de gênero” (2012) de Carlos Alberto de Carvalho (2012) vem também para discutir essa relação entre mídia e homofobia, para além de outros artigos publicados em anais e revistas do autor sobre a temática.

Ainda sobre as revistas escolhidas, o intuito deste trabalho não é dissertar sobre a história de cada uma delas, mas sim sobre o papel da reportagem em revista, e por isso apresenta, ainda, bibliografia sobre jornalismo de revista e o gênero reportagem.

Com relação à imagem, o trabalho dá importância ao discurso imagético, fazendo uso de autores como Boris Kossoy (2007), para debater a importância da leitura de uma imagem, Martine Joly (2003), com seu trabalho sobre estereótipos e paradoxos, e Susan Sontag (2003), para uma reflexão sobre imagens de choque.

Por fim, para debater o conceito de memória, a pesquisa utiliza teóricos como Aleida Assmann (2011), que subsidia a discussão sobre memória cultural e individual, Ecléa Bosi (1994) e Renato Ortiz (1994), para discutir memória coletiva, e também autores como Andrei Tarkovsky (1998), para trazer a relação da memória e da imagem, e Joel Candau (2011), para trabalhar os conceitos de identidade e memória.

## **1.1 Estado da arte**

Na busca de trabalhos cujos temas coincidiram com o que a dissertação aborda, salienta-se que neste subcapítulo o leitor encontrará referências sobre a temática LGBTI e, mais precisamente, sobre a abordagem midiática em relação a esta discussão. Reforça-se a ideia de que a mídia tem um papel fundamental na construção das identidades LGBTIs, tanto na forma como podem se enxergar como também a percepção que outras pessoas (não pertencentes à

comunidade) possam ter sobre eles. Por isto, a pesquisa traz autores como o professor doutor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Carlos Alberto de Carvalho, que aponta uma reflexão sobre as representações desta comunidade em jornais impressos. Além disto, também são citados autores como Jaqueline Gomes de Jesus, para falar sobre as nomenclaturas referentes ao tema, e Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos, para a reflexão sobre transexualidade.

Mendes (2011) defende que apesar de após a redemocratização do Brasil as questões LGBTI serem cada vez mais pautadas, há equívocos por parte da mídia na forma como abordam os assuntos. “É comum deparar-se com a utilização de termos, formas de tratamento e expressões que reforçam preconceitos, estigma e discriminação” (MENDES, 2011, p. 160).

Ainda sobre o papel midiático, Carvalho (2012), em seu livro *Jornalismo, homofobia e relações de gênero*, realça tal papel:

As mídias, por sua vez, pautadas por acontecimentos programados e produzidos tendo-as como alvo, além da sociedade (paradas do orgulho LGBTI e datas de conscientização contra a homofobia, por exemplo), ou por acontecimentos diversos (assassinatos motivados por ódio homofóbico, dentre outras formas de intolerância), são responsáveis por parcela significativa do que se difunde socialmente acerca do tema, ainda que, muitas vezes, ocultando determinadas ocorrências ou aspectos relevantes de fatos noticiados (CARVALHO, p. 9, 2012).

A obra “Homofobia, Jornalismo e Relações de Gênero”, de Carlos Alberto de Carvalho (2012), é um grande norte para esta pesquisa no que diz respeito às pautas jornalísticas em veículos de grande circulação em relação às identidades LGBTIs. O autor, tanto nesta obra quanto em outros artigos publicados em periódicos e revistas acadêmicas, reflete sobre a estrutura do jornalismo enquanto ferramenta de discussão sobre a representação da comunidade na mídia. Tais como: “Narrar, lembrar, esquecer: Os 35 anos da Igreja Universal na Folha Universal e na Folha de Portugal” (2014) e “*Affecting and being affected by happening: journalistic coverage about AIDS and social impacts*” (2015). Em seu livro, o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) traz questões como visibilidade e invisibilidade no tratamento das narrativas jornalísticas.

“Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência”, de Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos, traz a questão dos(as) transexuais. Os autores partem de uma abordagem mais psicanalítica sobre o tema e, apesar de discordâncias, reflete também sobre o tema que é abordado na imprensa e se a abordagem condiz, de fato, com a realidade destes sujeitos. Além disto, o livro traz toda uma reflexão corpo e identidade dos(as) transexuais no

cenário da psicologia e da psicanálise, desmistificando alguns preconceitos enraizados na sociedade como o de associar a transexualidade à uma condição médica patológica.

“Homofobia: identificar e prevenir”, de Jaqueline Gomes de Jesus, é uma obra que discorre sobre as siglas que competem à comunidade LGBTI, os crimes que a permeiam e suas especificidades (lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia) e a natureza do preconceito, além de trazer notícias jornalísticas para discussão.

Por isto, é importante destacar algumas definições para discussões posteriores, segundo a autora. Jesus (2012), define Identidade de Gênero como:

Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero (JESUS, 2012, p. 15).

Tendo em vista esta definição, a autora diz que é importante diferenciar Identidade de Gênero de Orientação Sexual, a qual Jesus (2012) atribui a seguinte definição: “Atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (JESUS, 2012, p. 15).

Indo para a sigla LGBTI, estabelecida pelo Manual de Comunicação LGBTI<sup>2</sup>, produzido pelo órgãos A Aliança Nacional LGBTI, o Grupo Dignidade e a rede GayLatino no ano de 2017. A sigla refere-se às Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis e Interssexuais. Para destrinchar a sigla e levar maior conhecimento ao leitor, o presente trabalho traz as definições dos componentes da sigla, sendo Transexuais “Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p.14). A travesti é definida como:

Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma respeitosa de tratamento (JESUS, 2012, p.16)

Lésbicas e Gays como “Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica” (Jesus, 2012, p.14), sendo o Gay o homem que sente atração por homem e a Lésbica a mulher que sente atração por mulher. Em relação aos

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf> . Acesso em: 6 fev.2019.

bissexuais, Jesus (2012) diz que é a “Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero.” (JESUS, 2012, p.14). E, por fim, o intersexual como:

Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais (JESUS, 2012, p. 14)

A psicóloga e doutoranda em psicologia social, Jaqueline Gomes de Jesus (2016) reporta que as agressões feitas aos LGBTIs são diárias, muitas vezes não identificadas pelos governos e, em pior estância, não criminalizadas por eles. “Essa violência não necessariamente assume o caráter do assassinato, mas se reproduz nas práticas cotidianas das famílias, das escolas, de todos os espaços públicos, nos livros didáticos, em todas as mídias” (JESUS, 2016, p. 31).

Foi feita pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013. Apesar do ano, a pesquisa foi publicada somente no ano de 2016. O que mostra, além da importância de seu conteúdo, a ineficiência de órgãos públicos ao tratar de tais questões e estarem com os dados desatualizados.

A pesquisa mostrou que, naquele ano, as violências físicas, que possuem um caráter mais evidente, apareceram em terceiro lugar, seguido por violência psicológica e discriminação, respectivamente. As mais reportadas, dentro das violações físicas, são as lesões corporais (52,5%), seguidas por maus tratos, tentativas de homicídios e homicídios.

## 2. O Circuito da Cultura nas representações midiáticas

*Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.*  
Emília Viotti da Costa

Este capítulo da dissertação é parte do referencial teórico. Nele, os eixos do Circuito da Cultura LGBTI (adaptação do Circuito da Cultural de Du Gay) são apresentados, trabalhados e aplicados à temática da pesquisa. O capítulo vem para construir uma base sólida de argumentação para as análises que serão feitas no capítulo (4) seguinte, de maneira que os eixos de representação, identidade, memória e produção sejam correlacionados e a dependência entre eles seja clara para entender as identidades culturais LGBTIs que surgem no interior dos discursos imagéticos e textuais dos veículos.

### 2.1. Identidade Cultural: a pluralidade do ser na diferença

Para que a relação entre os conceitos de identidade, representação e memória seja coesa, é preciso que antes se discuta ideia de cultura.

A definição de cultura é um campo aberto e diverge de autor(a) para autor(a). Primeiramente, buscando uma visão mais conceitual, Santaella (2003) aponta que a palavra cultura:

se refere aos costumes, às crenças, à língua, às ideias, aos gostos estéticos ao conhecimento técnico [...] que dão subsídio à organização do ambiente total humano, quer dizer, a cultura material, os utensílios, o habitat e, mais geralmente, todo o conjunto tecnológico transmissível, regulando as relações e os comportamentos de um grupo social com o ambiente” (SANTAELLA, 2003, p. 32).

A ideia do pesquisador jamaicano dos Estudos Culturais, Stuart Hall (2016) não vai à contramão do que defende a pesquisadora, ao enxergar a cultura como um processo construído e significado pelo homem. O autor defende a cultura como estando envolvida em práticas sociais e culturais que divergem de uma programação biológica, isto é, há toda uma construção de estímulo e resposta no âmbito cultural que não é linear como na relação do corpo com a genética,

mas que carregam sentido e valores para nós, que precisam ser significativamente interpretadas por outros, ou que dependem do sentido para seu efetivo funcionamento. A cultura, desse modo, permeia toda a sociedade. Ela é o que diferencia o elemento “humano” na vida social daquilo que é biologicamente direcionado. Nesse sentido, o estudo da cultura ressalta o

papel fundamental do domínio simbólico no centro da vida em sociedade (HALL, 2016, p. 21).

Para Zygmunt Bauman (2012) o conceito de cultura requer uma dualidade de ideias que compõem o seu próprio significado. “Significa tanto inventar quanto preservar; descontinuidade e prosseguimento; novidade e tradição; rotina e quebra de padrões; seguir as normas e transcende-las; o ímpar e o regular; a mudança e a monotonia da reprodução; o inesperado e o previsível” (Bauman, 2012, p. 18). O que Santaella (2003, p. 45) reafirma, ao dizer que “sem a mudança, a cultura estagnaria”.

Da mesma forma que a cultura está sujeita a mudanças e metamorfoses, os componentes deste meio, isto é, os indivíduos, também se modificam no processo. Para este trabalho é adotada a visão de cultura como processo sem fim de toda a produção material e imaterial de uma sociedade, um trabalho sobre costumes enraizados, mas também sobre vertentes que visam quebrar comportamentos normativos. Sendo de extrema importância enxergar os princípios que regem a sociedade como um todo e, em contrapartida, as desafiantes da homogeneidade que irão questionar, combater e transformar a prática social.

Bauman (2001) entende a busca pela identidade como um desejo de solidificar o que se é:

Quando falamos de identidade há, no fundo de nossas mentes, uma tênue imagem de harmonia, lógica, consciência: todas as coisas que parecem – para nosso desespero eterno – faltar tanto e tão abominavelmente ao fluxo de nossa experiência. A busca da identidade é a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme (BAUMAN, 2001, p. 99).

Porém, o autor completa, afirmando que este é um processo equivocado e sem fim:

Mas as identidades, que não tornam o fluxo mais lento e muito menos o detêm, são mais parecidas com crostas que vez por outra endurecem sobre a lava vulcânica e que se fundem e dissolvem novamente antes de ter tempo de esfriar e fixar-se (BAUMAN, 2001, p. 99).

Dito isto, Hall (1994) salienta que as identidades culturais não podem ser tomadas como conceitos, ou seja, não devem ser enxergadas como essências fixas “que se mantenham imutáveis, fora da história e da cultura” (HALL, 1994, p. 70).

Ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensa-la, talvez como uma “produção” que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à

representação. Esta visão problematiza a própria autoridade e autenticidade que a expressão “identidade cultural” reivindica como suas (HALL, 1994, p. 68).

Para Kathryn Woodward (2000) esta identidade, seja ela étnica, de gênero, linguística, sexual, é sempre marcada pela diferença.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença (WOODWARD, 2000, p. 39-40).

É possível estabelecer um paralelo com o trabalho da autora e as identidades LGBTI presentes no objeto desta pesquisa, uma vez que as lésbicas, os gays, os bissexuais, os(as) transgêneros e as travestis só existem como diferentes porque se opõem a uma norma, a um padrão heterossexual (para as questões de sexualidade) e cisgênero<sup>3</sup> (para questões de gênero). Woodward (2000) cita em sua obra o exemplo de não haver a necessidade de as pessoas se afirmarem humanas, tendo em vista que não há nada além disto, não há diferença (excluindo situações pontuais). As identidades nascem e se desenvolvem em relação direta com a diferença. “A marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação” (WOODWARD, 2000, p. 42).

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”) (WOODWARD, 2000, p. 50).

Para Cixous (*apud* Woodward, 2000) dentro desta lógica do “eu” e do “outro” é estabelecida uma hierarquia, na qual um dos lados possui mais valor do que o outro. Um lado é normatizado, enquanto o outro é rotulado como aquilo que não pertence, que desvia do padrão. Por isso, qualquer orientação sexual ou relação de gênero que fuja da heterossexualidade ou da cisgeneridade é considerada desviante e, muitas vezes, enxergada como profana, ultrajante e até mesmo como justificativa para violência. Assim, identidade e diferença, além de sua

---

<sup>3</sup> “Conceito ‘guarda-chuva’ que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p.14).

dependência mútua, “partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística [...] são criações sociais e culturais” (SILVA, 2000, p. 71).

Hall (2016) diz que estas identidades funcionam dentro de um sistema de representação que será desenvolvido no tópico seguinte desta pesquisa, mas o autor afirma que:

Discursos são maneiras de se referir a um determinado tópico da prática ou sobre ele construir conhecimento: um conjunto (ou *constituição*) de ideias, imagens e práticas que suscitem variedades no falar, formas de conhecimento e condutas relacionadas a um tema particular, atividade sociais ou lugar constitucional na sociedade. Essas formações discursivas, como assim são conhecidas, definem o que é ou não adequado em nossos enunciados sobre um determinado tema ou área de atividades social (HALL, 2016, p. 26).

A comunicação entra como construtora de significado neste quesito. Sendo através da cultura e da linguagem “que a elaboração e circulação de significados ocorrem” (Hall, 2016, p.25).

## **2.2. Representação: discursos textuais e imagéticos das identidades**

Talvez resida na representação o maior aliado da comunicação. Sendo jamais a identidade cultural um processo findável, Hall (1994) sinaliza que ela é sempre construída “por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são os pontos de identificação; os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura” (HALL, 1994, p.176).

Permanece em movimento para abarcar outros, sentidos adicionais ou suplementares quem como diz Norris noutra parte, “perturbam a economia clássica da linguagem e da representação”. Sem relações de diferença, nenhuma representação ocorreria. Mas o que então se constitui dentro da representação é sempre passível de ser diferido, proposto, serializado (HALL, 1994, p. 71).

A questão central seria a relação da identidade com a representação. Hall (1997) afirma que os sistemas de representação estão ligados à cultura e significado. E Woodward (2000) complementa que “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (Woodward, 2000, p.18). A autora ainda sugere que é com esta relação dos sistemas simbólicos que se torna possível dizer aquilo que se é e

aquilo que se pode tornar-se, isto é, está dentro dos discursos e sistemas de representação a construção do posicionamento e os lugares de fala dos sujeitos.

O jornalismo funciona como uma ferramenta que exterioriza esta relação da identidade cultural com a representação. Para Murilo César Soares (2009), o jornalismo, em específico, é uma discussão mais controversa do que outros tipos de comunicações que também constroem representações, como a publicidade ou até mesmo filmes de ficção. Já que é esperado destas formas representativas uma parcialidade, uma tendência em seduzir,

mas é difícil admitir essa inclinação quando se trata de uma reportagem, devido à suposição de um compromisso ético e profissional desse gênero em estabelecer uma relação referencial com a realidade. No entanto, o jornalismo é necessariamente um relato particular dos acontecimentos, ou seja, uma narrativa construída sobre um aspecto do mundo selecionado (SOARES, 2009: 21).

Carvalho (2012) concorda, ao dizer que:

As potencialidades não fragmentadoras do jornalismo, portanto, devem ser entendidas a partir da sua inserção em um meio social de compartilhamento de experiências, que se dá pela mediação técnica propiciada pelas mídias noticiosas, dentre outras modalidades de mídias, mas também pelos contatos interpessoais e pelas formas particulares como cada pessoa circula pela realidade que lhe é mais imediata, inclusive com todas as suas contradições (CARVALHO, 2012: 125).

Kellner (2001) reforça essa ideia, dizendo que direcionar o olhar para as representações e seus significados é um exercício que possibilita uma reflexão mais profunda sobre o papel da comunicação enquanto ator social.

O foco nas representações midiáticas nos permite avaliar, entre outros tópicos relevantes, de que maneira gêneros e artefatos culturais funcionam tanto para forjar a aceitação do status quo e a dominação social como para habilitar e encorajar os estratos subordinados a resistir à opressão e a contestar ideologias e estruturas de poder conservadoras (KELLNER, 2001).

Estas reflexões se manifestam em diferentes ambientes da comunicação. Freire Filho (2005) ressalta que algumas investigações acerca do tema de representações de comunidades minorizadas, tais como a LGBTI, são a espinha dorsal de pesquisas acadêmicas:

Como os costumes, o cotidiano, os entretenimentos, os dilemas e as formas coletivas de luta das minorias são apresentadas nos meios de comunicação de massa? Quais os fatos históricos, os feitos artísticos e políticos, os pontos de vista e as características enfatizadas ou silenciadas? Que ambivalências, tensões e contradições são possíveis detectar no interior destas representações impressas e audiovisuais? Quais os seus aspectos progressistas ou reacionários? Estas são algumas das interrogações basilares que, em regra,

**Comentado [ALCM1]:** Há um espaço (1,5) antes e outro depois das citações. Corrigir em todo o trabalho.

animam as investigações acadêmicas sobre a relação entre mídia, poder e alteridade (FREIRE FILHO, 2005, p. 18).

Sendo que estes questionamentos e a forma como são representados são, talvez, a força motriz para o caminho da transformação de um pensamento. As narrativas do jornalismo é que jogam luz nestas questões sobre identidade e seus desafios em combater a normatividade de comportamentos heterossexuais ou cisgêneros. Hall (2016) ressalta a importância desta linguagem no âmbito de significação e identificação das partes:

A linguagem é capaz de fazer isso porque ela opera como um sistema representacional. Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos- para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos (Hall, p.18, 2016).

Este sentido que é construído sobre a representação através da linguagem textual e do discurso imagético é que norteiam a forma como cada um entende e assimila a informação que é dada.

Em outra parte, ainda, nós concedemos sentidos às coisas pela maneira como as representamos – as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como classificamos e conceituamos, enfim, os valores nelas embutidos (HALL, 2016, p.21).

Sendo o sentido produzido da seguinte forma:

Nosso “circuito da cultura” indica que sentidos são, de fato, elaborados em diferentes áreas e perpassados por vários processos ou práticas (o circuito cultural). O sentido é o que nos permite cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e a quem “pertencemos” – e, assim, ele se relaciona a questões sobre como a cultura é usada para restringir ou manter a identidade dentro do grupo e sobre a diferença entre grupos (HALL, 2016, p. 21-22).

Hall (2016) diz que os discursos funcionam como mecanismos de referência a uma determinada prática social ou uma construção sobre ela, sendo uma constituição ou conjunto de imagens, ideias e práticas que irão criar uma multiplicidade “no falar, formas de conhecimento e condutas relacionadas a um tema particular, atividade social ou lugar institucional na sociedade” (Hall, 2016, p.26). De forma que estas formações discursivas é que definem o que é válido e o que não válido no enunciado sobre determinado tema ou atividade social, da mesma maneira que também norteia as práticas associadas a estes temas ou áreas. E, por ser responsável por esta construção, o discurso ainda define quais tipos de conhecimentos são considerados

úteis, relevantes e “verdadeiros” (em sua noção mais popular relacionada ao verídico), de forma a determinar quais gêneros é que personificam estes valores construídos.

É neste âmbito do discurso e da representação que entra a comunicação, como componente do espaço social e cultural de uma sociedade.

[a comunicação] está inevitavelmente ligada ao sucesso, à eficácia ou à ineficácia, das teorias da formação social como um todo, porque é neste contexto que deve ser teorizado o lugar da comunicação no mundo social moderno [...] a comunicação moderna não pode ser conceituada como externa ao campo das estruturas e práticas sociais porque [a comunicação] é, cada vez mais, internamente constitutiva delas. Hoje, as instituições e relações comunicativas definem e constroem o social; elas ajudam a construir o político; elas medeiam às relações econômicas produtivas; elas se tornaram ‘uma força material’ nos modernos sistemas industriais; elas definem a própria tecnologia; [e] elas dominam o cultural (HALL, 1989, p.43).

O jornalismo, segundo Murilo César Soares (2009), é uma discussão mais controversa do que outros tipos de comunicações que também constroem representações, como a publicidade ou até mesmo filmes de ficção. Já que é esperado destas formas representativas uma parcialidade, uma tendência em seduzir,

Mas é difícil admitir essa inclinação quando se trata de uma reportagem, devido à suposição de um compromisso ético e profissional desse gênero em estabelecer uma relação referencial com a realidade. No entanto, o jornalismo é necessariamente um relato particular dos acontecimentos, ou seja, uma narrativa construída sobre um aspecto do mundo selecionado (SOARES, 2009, p. 21).

Soares (2009) diz que como consequência da onipresença dos meios de comunicação, a vida na sociedade contemporânea é dividida em duas situações: a primeira sendo de fato a concreta, da rotina, cotidiano; e a segunda uma imaginária. A primeira situação é a realidade que é de fato vivida por cada um em seu cotidiano dentro de suas vidas. A segunda situação é a que vai trabalhar com o mundo das representações que leva quem está recebendo a informação para além do seu cotidiano, construindo experiências diretas e também sobre temas que estão distantes da realidade da audiência. E, por aparentar ser ou apresentar um retrato do mundo, estas representações:

Instauram ou sancionam, homologam, naturalizam certos vieses, os quais, no âmbito discursivo, sugerem que esse é o modo de ser da sociedade representada, podendo servir para fixar ou confirmar estereótipos, étnicos, de gênero, profissionais. Trata-se da instauração de padrões “normais” ou “modelos”, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, minorias etc. As representações aparecem no contexto

discursivo como formas casuais, meras insinuações, “pistas” visuais, ou mesmo como “cenário” dado como “normal” ou “padrão”, que acaba naturalizando a representação, especialmente com o auxílio da imagem fotográfica ou eletrônica (SOARES, 2009, p. 26).

Por isso é importante frisar que estes discursos postos como insinuações e menções também carregam ideologia. Soares (2009) vai dizer estas “intervenções invisíveis” de quem faz o discurso possuem potencial capaz de influenciar de maneira sutil o que indivíduos pensam sobre gêneros e grupos sociais.

Representações mediáticas fazem parte do ambiente cultural em que se dão o pensamento, julgamento e ação dos seres humanos. Embora, numa perspectiva distributiva, possam ser identificadas múltiplas agências de representação, como a escola, a ciência, o sindicato, para a maioria das pessoas, os meios são os provedores primordiais de representações sobre o estado da sociedade, da política, dos costumes, dos valores. Para fundamentar o desenvolvimento da sua crítica, contudo, parece-nos importante refinar ainda mais os marcos teóricos sobre a natureza e papel e limites das representações e do simulacro na cultura mediática e na vida social contemporânea (SOARES, 2009, p. 26).

Estas reflexões se manifestam em diferentes ambientes da comunicação. Freire Filho (2005) ressalta que algumas investigações acerca do tema de representações de minorias, tais como a comunidade LGBTI, são a espinha dorsal de pesquisas acadêmicas:

Como os costumes, o cotidiano, os entretenimentos, os dilemas e as formas coletivas de luta das minorias são apresentadas nos meios de comunicação de massa? Quais os fatos históricos, os feitos artísticos e políticos, os pontos de vista e as características enfatizadas ou silenciadas? Que ambivalências, tensões e contradições são possíveis detectar no interior destas representações impressas e audiovisuais? Quais os seus aspectos progressistas ou reacionários? Estas são algumas das interrogações basilares que, em regra, animam as investigações acadêmicas sobre a relação entre mídia, poder e alteridade (FREIRE FILHO, 2005, p. 18).

Para o autor é através de diferentes plataformas midiáticas como editoriais, entrevistas, depoimentos e reportagens que as indústrias culturais irão fornecer descrições textuais e visuais do que é conveniente para matérias de “personalidade, aparência, conduta moral e cívica, postura política, relacionamento afetivo e comportamento sexual” (FREIRE FILHO, 2005, p.21) para criar assim modelos e recursos simbólicos nos quais os consumidores conseguirão construir sentidos e normas do que é correto ou aceitável em uma sociedade.

A fim de evitar a absolvição açodada e desastrosa dos estereótipos, convém recuperar a outra acepção da palavra delineada por Lippmann. Esta segunda conceituação, de índole ostensivamente política, apresenta os estereótipos como construções simbólicas enviesadas, infensas à ponderação racional e resistentes à mudança social. A disseminação, pelos meios de comunicação de massa, de representações inadequadas de estrangeiros, classes sociais e outras

**Comentado [ALCM2]:** Sobrenomes com todas as letras em maiúsculas.

comunidades é destacada como um sensível problema para o processo democrático, cujo desenvolvimento demanda a opinião esclarecida de cada cidadão a respeito de questões capitais da vida política e social (FREIRE FILHO, 2005, p. 21-22).

Hall (2016) defende que esta produção de sentido depende da prática da interpretação, isto é, o modo como cada indivíduo decodifica o que está ali representado depende de todo um contexto histórico e cultural geral, mas também do aparato de quem está recebendo a mensagem. “Contudo, note que, por estarem os sentidos sempre mudando e nos escapando, os códigos operam mais como convenções sociais do que como leis fixas ou regras inquebráveis” (HALL, 2016, p.109). O autor sublinha a ideia de que a cultura não é algo que termina e, portanto, não pode ser pensada como uma ideia fixa, mas sim como um fluxo sem fim de ideias, transformações, costumes, regras e normas. Assim, se a ideia de cultura não está ligada ao estático, os seus componentes também não devem ser fixados, tais como as identidades culturais, os costumes, os códigos de uma cultura e, como consequência, o sentido atribuído a estas variáveis da cultura: “Como os sentidos mudam e transitam, então, de modo inevitável, os códigos de uma cultura se alteram imperceptivelmente” (HALL, 2016, p.109).

### **2.2.1. O discurso imagético: o caminho da imagem na construção de uma realidade**

Ao falar de representação é importante para a pesquisa uma reflexão acerca da imagem, mais especificamente da fotografia. É importante entender o papel que estes discursos representativos trazem para as narrativas da comunidade LGBTI. Isto é, quais são as identidades que nascem nos discursos e de que forma estão e podem estar presentes na memória cultural deles proveniente. Com isto, é possível fazer uma reflexão sobre o papel da imagem em construir e desconstruir estereótipos, introduzir novas narrativas, perpetuar noções equivocadas, combater a superficialidade imagética com o uso do banco de imagens, por exemplo, e o problema de não haver imagens sobre determinado tema, ou seja, as narrativas que estão na penumbra, que não circulam nos veículos de informação. Para Soares (2009), a comunicação contemporânea possui uma força de expressão composta por meio da palavra e também das imagens que irão conferir às representações midiáticas o *status* do que é real e do que é dramático:

Na sua origem e etimologia, o conceito de representação evoca algum tipo de simulação das propriedades de objetos, eventos, processos e relações, com a finalidade de retratá-los, de modo que as representações teriam, para alguns autores, um caráter analógico. Os meios de comunicação modernos são a concretização tecnológica máxima da “representação” naquele sentido de uma

reapresentação, a partir da semelhança, da figurativividade da imagem, da simulação (Soares, p.19, 2009).

O pensador da fotografia e fotógrafo Boris Kossoy (2007) diz que fotografia é:

Memória enquanto registro da aparência dos cenários, personagens, objetos, fatos; documentado vivos ou mortos, é sempre memória daquele preciso tema, num dado instante de sua existência/ocorrência. É o assunto ilusoriamente retirado de seu contexto espacial e temporal, codificado em forma de imagem. Vestígios de um passado, admiráveis realidade em suspensão, caracterizadas por tempos muito bem demarcados: o de sua gênese e o de sua duração (KOSSOY, p. 131, 2007).

Kossoy (2018) também aponta que a fotografia é desde o seu começo uma representação “produzida segundo o olhar do fotógrafo e utilizando técnicas fotográficas daquele tempo, mas sempre a partir de um sistema de representação visual” (Kossoy, Entrevista concedida a Ciro Oliveira; Natália Ranhel, 2018)<sup>4</sup>. Desta maneira, a fotografia possui em seu âmago uma natureza fragmentária, isto é, não deve ser tomada como expressão de toda uma realidade, pois só é capaz de captar partes da realidade através do olhar de quem está atrás das câmeras.

Um olhar é sempre específico. Em qualquer instante, em qualquer lugar, em qualquer tempo, mas é sempre específico de quem está observando ou de quem está registrando. Portanto, é um olhar conduzido, é um olhar que resulta do *background* de quem está olhando. Então qualquer tema que seja, ele é sempre objeto de diferentes olhares e de diferentes registros e de diferentes interpretações, sempre (KOSSOY, Entrevista concedida a Ciro Oliveira; Natália Ranhel, 2018).

Joly (1994) diz que uma imagem pode parecer semelhante para quem vê, pois ela foi construída de tal forma que as pessoas tendem a decodificá-la de maneira que a enxergam como recorte do real.

As unidades que aí encontramos são unidades culturais, determinadas pelo hábito que temos de as encontrar no próprio mundo. Porque, na realidade, uma imagem (tal como o mundo) pode ser infinitamente descrita: das formas às cores, passando pela textura, ao traço, às gradações, à matéria pictórica ou fotográfica, até às moléculas ou aos átomos. O simples fato de designar unidades, de fragmentar a mensagem em unidades nomeáveis, remete para o nosso modo de percepção e de fragmentação do real em unidades culturais (JOLY, 1994, p.83).

Mas a fotografia pode ser segregada de outros sistemas de representação. Kossoy (2018) diz que a especificidade da fotografia está justamente em ser fragmento, mas que o que

---

<sup>4</sup> Esta entrevista foi concedida exclusivamente para os autores e, por enquanto, não foi publicada em nenhum periódico. Por isso, segue em anexo na dissertação.

realmente deve ser pensando é como esta imagem está sendo usada pelos meios que estão a propagando e quais os níveis de manipulação. Entender os tempos da fotografia.

Ao falar dos tempos demarcados, o autor se refere ao que chama de *Os Tempos da Fotografia* (2007), definição que adota como título de seu terceiro livro, que sucede *Fotografia e História* (2001) e *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica* (2002). A trilogia de livros se dedica a entender a imagem como construtora de sentidos e não uma captura inquestionável da realidade. Para ele, uma fotografia possui dois tempos: o da criação e o da representação. Sendo o da criação o momento da gênese da imagem “instante único da tomada de registro no passado, num determinado lugar e época” (2007, p.133). É o primeiro clique da fotografia, o instante em que ela é tirada e, portanto, criada. Porém, para o autor ela não se restringe a este tempo, há mais um processo que vai dar a característica da fotografia como construtora de significado. O tempo da representação é o que Kossoy (2007) chama de segunda realidade, “onde o elo imagético, codificado formal e culturalmente, persiste em sua trajetória na longa duração” (2007, p.133). Portanto, trata-se de dois tempos: um que tem como característica sua efemeridade, o da criação. “O tempo da criação se refere ao próprio fato, no momento em que este se produz, contextualizado social e culturalmente. É, no entanto, um momento efêmero, que desaparece, volatiliza-se, está sempre no passado, insistentemente” (KOSSOY, 2007, p.134).

E um segundo que se torna perpétuo através da representação:

No tempo da representação, os assuntos e fatos permanecem em suspensão, petrificados eternamente, perpétuos se conservados: peças arqueológicas, cuja poeira do tempo removemos cuidadosamente, na tentativa de descortinarmos as sucessivas camadas que constituem sua espessura histórico-cultural, sua memória (KOSSOY, p. 135, 2007).

O tempo da representação é o tempo dos discursos imagéticos. Joly (1994) diz que “deduzir que a leitura da imagem é universal revela confusão e desconhecimento” (Joly, 1994, p.42). A autora aponta que justamente pela leitura de uma imagem se dar dentro do campo de conhecimento de cada um, não há como fazer uma leitura única e fechada de uma imagem. Para ela,

A confusão é frequentemente feita entre a percepção e interpretação. De fato, reconhecer este ou aquele motivo nem por isso significa que se esteja compreendendo a mensagem da imagem na qual o motivo pode ter uma significação bem particular, vinculada tanto a seu contexto interno quanto ao de seu surgimento, às expectativas e conhecimentos do receptor (JOLY, 1994, p. 42)

Mesmo que a fotografia não imprima a realidade em sua mais fidedigna forma, como já apontado por Kossoy (2007), a análise ou interpretação fotográfica pode levar ao questionamento desta representação. É o que defende Soulages (2010), quando diz que:

A fotografia não dá a realidade. Em contrapartida, ela pode questioná-la (...)  
Quando o receptor toma consciência disso, não pode fazer outra coisa a não ser questionar a fotografia, a pretensa realidade e a relação que ele mantém com ela (SOULAGES, 2010, p.77).

Para Soulages (2010) a fotografia não é capaz de capturar a realidade, mas de alcançar uma contrarrealidade que, em contrapartida, critica o próprio modelo da realidade das coisas, “a ficção talvez seja o melhor meio de se compreender a realidade” (SOULAGES, 2010, p. 79).

Um dos problemas cruciais na linha de Kossoy (2018) é o de se perder de vista que a imagem é um sistema de representação e, por isso, possui mais de um sentido.

Os problemas que resultam disto dizem respeito da manipulação das massas. Você tem uma determinada foto que representa alguma coisa ou uma situação, conflito social ou conflito armado. Essa imagem só por si representa alguma coisa, mas ela transmite alguma coisa que você vai buscar no seu repertório alguma interpretação que não é a do seu vizinho e nem a do outro. No momento que esta imagem é usada na mídia com o texto que acompanha esta imagem, com o título, legendas, com contextualizações próximas da realidade ou afastadas da realidade de uma maneira ou de outra estão trabalhando com diferentes formas de ficção (KOSSOY, Entrevista concedida a Ciro Oliveira; Natália Ranhel, 2018)

Então, a fotografia possui elementos ficcionais que não podem se perder de vista. Kossoy (2018) cita John Berger (2004) ao falar sobre o espaço entre produção e recepção: “Entre o momento recolhido na película e o momento presente do olhar que se leva à fotografia, sempre existe um abismo” (BERGER *apud* DUBOIS, 2004, p. 90”).

O trajeto da fotografia é muito longo, entre a produção e a recepção, entre a cabeça daquele que fez o registro e produziu a imagem e a cabeça daquele que está recebendo esta imagem. Há um caminho extenso da ficção entre a produção e a recepção (KOSSOY, Entrevista concedida a Ciro Oliveira; Natália Ranhel, 2018).

Pode ser feito um paralelo entre a linha de pensamento de Andrei Tarkovsky (1998) e sua percepção de memória. Para o cineasta e pensador russo, tempo e memória são fatores que andam juntos e tornam-se essenciais para a existência humana atrelada à moralidade.

E a vida não é mais que a fração de tempo que lhe foi concedida, durante a qual ele pode (e, na verdade, deve) moldar seu espírito de acordo com seu próprio entendimento dos objetivos da existência humana. No entanto, a rígida estrutura na qual ela se insere torna nossa responsabilidade para conosco e

para com os outros ainda mais flagrantemente óbvia. A consciência humana depende do tempo para existir (TARKOVSKY, 1998, p. 65).

Podendo este tempo ser resgatado pela fotografia, Kossoy (2001) diz que:

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente (KOSSOY, 2001, p. 156).

Porém, não se trata de um processo que permanece imóvel. Ortiz (1994) defende que pelas representações condizerem com o contexto em que estão inseridas não se pode pensar na memória como estática, uma vez que tradições não são mantidas na sua forma integral. Para Kossoy (2018), a fotografia precisa de um cuidado especial ao ser analisada ou interpretada:

Estas possibilidades de determinar espaços e tempos dão à fotografia um valor incalculável de preservação e recuperação da memória e da história. Claro que uma imagem te transmite somente alguns dados e informações, mas mais e mais daquele mesmo fato ou daquele cenário te leva a reconstituir, através de imagem, o cenário e o modo de ser de uma época, o espírito de uma época (KOSSOY, Entrevista concedida a Ciro Oliveira; Natália Ranhel, 2018).

Desta forma, toda e qualquer imagem está sujeita a uma interpretação diferenciada, exatamente por construir realidades e não se tratar de um documento inquestionável. Este *status* de evidência pode ser manipulado por diversos recursos políticos, midiáticos e estatais que alteram e conduzem o objeto fotográfico. Kossoy (2007), ao falar de mesmas imagens que são utilizadas em contextos diferentes, como as de agências de notícias, arquivos das redações e banco comerciais de imagens, diz que estas estão “sujeitas a intervenções cirúrgicas” (2007, p.140), que de alguma forma manipulam e adaptam as fotografias conforme os seus interesses, retirando dela todo o seu contexto histórico e alterando o seu significado. “Os fatos pelos fatos, esses não se sustentam, numa sociedade ávida por representação e pela notícia-espetáculo [...] É a vitória da máscara fantasmagórica sobre o ser original” (2007, p.140). Sendo assim, os fatos servem para plano de fundo do que é significado através deles, isto é, as representações imagéticas possuem um papel mais determinante do que o fato em si.

É fato que a foto serve como denúncia, porém ela pode servir de denúncia para um lado ou para o outro e essa é que é a magia da fotografia. Por mais que você cerque a imagem, você tem que ter muita documentação em volta, muito depoimento e testemunho para que entenda o que não aparece na imagem ou o que aparece na imagem em função de um determinado interesse. Estamos sempre falando no visível e no invisível, no aparente e no oculto. Os significados estão no oculto da imagem. Questões de conflitos que tratam de

vida, de morte e de sociedade, sempre existem modos de ver, interesses e ideologias [...] Existe um interesse de mostrar que há um foco sobre algo, mas o resto permanece na penumbra ou invisível (KOSSOY, Entrevista concedida a Ciro Oliveira; Natália Ranhel, 2018).

Para ele, há um perigo na banalidade imagética que é construída através destes agentes: “as imagens passaram a ser apreciadas mais rapidamente e, pelo volume e redundância, beiram à saturação” (2007, p.135,2018).

A realidade está nas imagens, não no mundo concreto, pois este é efêmero e aquela, perpétua. A realidade das imagens é a realidade da sombra, sem carne, sem sangue... A realidade das imagens é a da aparência do duplo, dos corpos possuídos ou tomados do real, substitutos ilusórios de seus modelos em escala real, tridimensional; simulacros que, no espaço e no tempo, passam a ocupar o seu papel da vida eterna, posto que infinitos na duração. Representações vazias, plenas de aparência e de significados perdidos (KOSSOY, 2007, p.142).

Neste trecho o autor confronta a ideia de veracidade que é atribuída à imagem, tendo em vista que tudo o que a compõe é uma falsa noção de realidade, são representações de seus personagens, objetos e contextos. São os elementos ficcionais da fotografia. O que não é único é o seu significado, que muda conforme a percepção de cada um e mais ainda, com a memória coletiva. “A perpetuação da memória é, de uma forma geral, o denominador comum das imagens fotográficas: o espaço recortado, fragmentado, o tempo paralisado; uma fatia de vida (re)tirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem” (KOSSOY, p. 133, 2007).

Quando se fala de história ou qualquer outro tema, você tem que ter informações respaldadas pela linguagem e não pela imagem e não apenas pela imagem e vice-versa. Tem que ter uma fusão. Como acontece com a própria fotografia de imprensa ou fotojornalismo. As imagens começam a fazer sentido no momento que são corretamente identificadas, que estejam se referindo a alguma coisa que de fato aconteceu e que você possa comprovar que aquilo aconteceu através de testemunhos e por informações imediatas escritas do que está se passando no dia. É com estas coleções de informações que você consegue recuperar este tempo e fazer com que a imagem se torne mais importante do que ela é apenas como um objeto sem identificação que você apenas aprecia e não sabe o que significa (KOSSOY, Entrevista concedida a Ciro Oliveira; Natália Ranhel, 2018).

Uma das questões levantadas quando se fala de imagem e imprensa é a forma como estas fotografias são consumidas e seus conteúdos decodificados. Ao tratar de identidade culturais, tais como LGBTI, a mídia tem um papel importante no que diz respeito a construção de um imaginário social, trazendo referências visuais que possibilitaram a representação e identificação de grupos. Desta forma, seria importante que a noção de imagem como documento incontestável da verdade seja sempre questionada, por mais que pareça ser próxima da

realidade. Ao retratar indivíduos de uma determinada sociedade apresenta-se um lado da história, Kossoy (2018) reforça que é necessário sempre se perguntar:

E as imagens do outro lado? Aqui se mostra um lado da guerra, mas e outro lado? Essas não se mostram, só de mostra um lado. As imagens estão sempre sujeitas às ficções. Tanto do ponto de vista técnico como ideológico. Este interesse direto com a imagem é porque ela domina nossa civilização desde as últimas décadas do século XIX. Nós vivemos através da imagem (KOSSOY, Entrevista concedida a Ciro Oliveira; Natália Ranhel, 2018).

Ainda sobre fotografia e jornalismo, Soulages (2010) aponta que a fotografia de reportagem deve fazer com que as pessoas sintam presentes no momento do fato.

Permite-nos ter o dom da ubiquidade, estar nesse outro lugar e nesse outro tempo em que não estamos, mas que aconteceram, que “verdadeiramente” existiram. Ela se faz passar por uma mediação graças à qual estamos imediatamente presentes nesse passado e nesse alhures. Ela é como as pessoas tidas como dotadas do poder de comunicação com os espíritos; é médium e não meio; daí sua função mágica de ilusão (SOULAGES, 2010, p.23).

Joly (1994) reflete sobre a importância das palavras e das imagens:

Assim, quer queiramos, quer não, as palavras e as imagens revezam-se, interagem, completam-se e esclarecem-se com uma energia revitalizante. Longe de se excluir, as palavras e as imagens nutrem-se e exaltam-se umas às outras. Correndo risco de um paradoxo, podemos dizer que quanto mais se trabalha sobre as imagens mais se gosta das palavras (JOLY, 1994, p. 133).

Hall (1994) defende que as identidades culturais, sejam elas quais forem, abarcam um contexto histórico e cultural e, por isso, estão sujeitas a transformações. Logo estão distantes de serem ideias fixas, uma vez que estão sujeitas a jogos de poder e mudanças culturais. O que reforça o discurso de Kossoy, já que as imagens são infinitas em termos de memória, cabe ao jornalismo não só ter o cuidado ao retratar essas identidades, mas também e acompanhar as mudanças sociais que acontecem em relação à comunidade LGBTI. Carvalho (2012) vai ao encontro do argumento, quando diz que “ao promover (in)visibilidades, o jornalismo participa, ao lado de outros atores sociais, dos processos de construção social da realidade” (2012, p.16) e, por isso, torna-se um importante ator social.

Paralelamente, é possível pensar que reside também na imagem a oportunidade de criar novos vínculos com as identidades marginalizadas e, portanto, modificar suas representações. É o que defende Martine Joly (2003, p. 221) quando reconhece que a imagem midiática tem o potencial não só de prejudicar, mas também de reconhecer e integrar os indivíduos de uma sociedade e, desta maneira, sua interpretação deve ser atenta ao contexto histórico o qual está situada a circulação desta imagem.

As mensagens visuais seriam, por natureza, suspeitas e a sua interpretação revela-se subordinada a um condicionamento não só ligado à sua história, mas também à das interrogações que levanta: é essa com efeito a própria questão colocada pela imagem: a do simbólico e da sua aceitação. A imagem está ligada ao fenómeno da linguagem e, tal como esta, não conseguimos estudá-la sem distinguir percepção de recepção (JOLY, 2003, p. 262).

### 2.2.2. Estereótipos: o enjaulamento de identidades

Ao falar em identidade, memória e representação (textual e imagética) é possível traçar um paralelo que perpassa por todas estas temáticas: o estereótipo. Para a pesquisa é adotada a definição de Freire Filho (2005), isto é, estereótipos como sendo:

Construções simbólicas enviesadas, infensas à ponderação racional e resistentes à mudança social. A disseminação, pelos meios de comunicação de massa, de representações inadequadas de estrangeiros, classes sociais e outras comunidades é destacada como um sensível problema para o processo democrático, cujo desenvolvimento demanda a opinião esclarecida de cada cidadão a respeito de questões capitais da vida política e social (FREIRE FILHO, 2005, p. 22).

Hall (2016) afirma que o exercício da estereotipagem é:

Parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertence” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (Insiders) e “forasteiros” (outsiders), entre nós e eles (Hall, 2016, p. 192).

Em outras palavras, as identidades que pertencem a determinados grupos sociais estão constantemente ligadas à sua representação. Esta representação gera meios de identificação que são construídos culturalmente por formas de discursos que irão criar um mecanismo para identificar estas comunidades. Feito isto, a produção de sentido gera ao indivíduo e para a sociedade uma noção de pertencimento. Se o “Outro” pertence a um determinado grupo social ele deve se portar, vestir, falar e se comunicar de uma maneira que é estabelecida através dos estereótipos.

Este processo acaba por facilitar o vínculo, “os laços, de todos nós que somos ‘normais’ em uma ‘comunidade imaginária’; e envia para o exílio simbólico todos Eles, ‘os Outros’, que de alguma forma diferentes” (HALL, 2016, p.192), isto é, o problema com a estereotipagem é justamente o de, através de sistemas de representação, “permitir” que alguns indivíduos exerçam a sua identidade de forma que se encaixam nestas representações fixas. Hall (2016) vai dizer que isto ocorre, normalmente, onde há intenso uso do poder e desigualdades de poder,

onde a parte minorizada é dominada por um pensamento hegemônico. Sendo ela “uma forma de poder baseada na liderança de um grupo em muitos campos de atividade de uma só vez, para que sua ascendência obrigue o consentimento generalizado e pareça natural e inevitável” (HALL, 2016, p.193). Pensando neste aspecto, é possível dizer que as normas heteronormativas e cisgêneras funcionam como o pensamento hegemônico do que é ser homem e do que é ser mulher, excluindo as possibilidades que permeiam este pensamento binário.

Freire Filho (2005) defende que o exercício da estereotipagem surge para gerar reconhecimento em um determinado tempo e espaço, sendo necessário, ao analisar e identificar estes estereótipos, reconhecer estas variáveis.

Um estudo efetivo sobre a representação das minorias na mídia não deve restringir-se ao mero levantamento estático de representações estereotipadas, sem maior embasamento histórico e teórico; é fundamental se interrogar sobre a origem destas imagens social e ideologicamente motivadas, por que elas perduram e são produzidas, e, por fim, como vêm sendo (ou devem ser) questionadas e rechaçadas (FREIRE, 2005, p. 27).

Por isso, é importante identificar as relações de poder que permeiam estas representações, sendo que “todos- os poderosos e os sem poder – estão presos, embora não de forma igual, na circulação de poder. Ninguém [...] consegue ficar completamente fora do seu campo de operação” (HALL, 2016, p.197).

Estando estas representações interligadas à questão da identidade, os estereótipos irão funcionar como ferramentas de identificação de determinados grupos dentro de uma sociedade. Estas representações, no entanto, só irão se fixar (de maneira temporária) quando armazenadas em uma memória cultural, isto é, estas “normas” só irão alcançar o seu feito quando exercidas pela memória de uma sociedade. Ortiz (1979) diz que é preciso pensar neste processo de memória, memorização ou recordação (como defende Assmann 2011) como um algo que é mantido em sua integridade, sempre a sujeita a transformações culturais.

É na trama da interação social que o teatro da memória coletiva é atualizado [...] Isto implica considerar que a memória coletiva deve necessariamente estar vinculada a um grupo social determinado. É o grupo que celebra sua revivificação, e o mecanismo de conservação do grupo está estreitamente associado à preservação da memória. A dispersão dos atores tem consequências drásticas e culmina no esquecimento das expressões culturais. Por outro lado, a memória coletiva só pode existir enquanto vivência, isto é, enquanto prática que se manifesta no cotidiano das pessoas (ORTIZ, 1979, p.132-133).

Sendo a cultura, enquanto fenômeno de linguagem visual e escrita (além de outros), sempre passível de diferentes interpretações, “mas em última instância são os interesses que

definem os grupos sociais que decidem sobre o sentido da reelaboração simbólica desta ou daquela manifestação” (ORTIZ, 1979, p.142).

Hall (2016), em seu livro *Cultura e Representação* (2016), aponta como estratégia para combater os estereótipos:

A tentativa de substituir as imagens “negativas”, que continuam a dominar a representação popular, por várias imagens “positivas” de pessoas negras, de sua vida e cultura. Esta abordagem tem o mérito de corrigir o equilíbrio e é sustentada pela aceitação da diferença – de fato, por sua celebração. Ela inverte a oposição binária, privilegiando o termo subordinado, às vezes lendo o negativo de forma positiva: “*Black is beautiful*”. Tenta construir uma identificação positiva do que tem sido visto como abjeto. Expande muito a gama de representações raciais e a complexidade do que significa “ser negro”, desafiando assim o reducionismo dos estereótipos anteriores (HALL, 2016, p. 216).

Apesar do autor não fazer referência aos LGBTI diretamente (mesmo que parcela desta comunidade esteja contemplada na luta racial), é possível criar um paralelo com o pensamento. De forma que, as representações da comunidade LGBTI acompanhem e comportem cada vez mais as diferentes identidades que habitam dentro dela e modifiquem o pensamento do que é ser lésbica, gay, bissexual transexual e travesti. Por isto, Joly (2003) defende que “se estereótipos e clichês conseguem, pois, impor-se é porque, à sua maneira, falam dos valores do contexto sociocultural no seio do qual se inscrevem” (JOLY, 2003, p. 211).

### **2.3. Memória: o que fica do que foi dito e do que foi omitido**

Ainda sobre identidade cultural, o pesquisador jamaicano Stuart Hall (1994) afirma que as identidades culturais não são estáticas, portanto, não podem ser tomadas como conceito, isto é, sua essência e suas especificidades devem ser enxergadas para além de suas supostas posições de inércia, não podendo ser entendidas como essências mantidas, imutáveis e “fora da história e da cultura” (HALL, 1994, p. 74).

Esta diferença pode ser entendida como os sujeitos dentro da comunidade LGBTI, que fogem a uma normatividade estabelecida e fixada como padrão comportamental: heterossexualidade. Desenvolvendo o conceito trazido por Woodward (2000), é este muro entre ambos os lados (hétero e não hétero/cisgênero e transgênero) que fica responsável pelo reconhecimento da diferença.

Identidade e diferença possuem esta relação de interdependência para firmação de ambos e ainda “partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística [...] são criações sociais e culturais” (SILVA, 2000, p. 71). Criações e construções

estas que podem ser entendidas como a representação, imagética e textual, de seus sujeitos. Isto é, os discursos que são levantados, perpetuados ou destruídos sobre as identidades desta comunidade.

Esta representação é dada através de discursos, como por exemplo o discurso midiático.

Pensando ainda na analogia com o muro que separa dois grupos identitários, a representação (discursos) pode ser vista como a maneira que quem enxerga o outro lado o descreve para quem não consegue enxergar. O problema reside justamente na forma como estes discursos são construídos sobre o “outro”. Hall (2016) diz que estas formas não só produzem sentido, mas também que todo este conceito que é criado por determinados poderes, se relaciona com “o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados” (HALL, 2016, p.27). Isto é, estes sujeitos e suas formações discursivas que enxergam o outro lado do muro são responsáveis pela forma como se dá o tratamento com os sujeitos que habitam o outro lado, a forma como estes grupos se relacionam entre si e até mesmo como “outro” enxerga a si mesmo.

O jornalismo entra como um destes sujeitos que conseguem ver o outro lado. O seu discurso, porém, pode ser marcado pela celebração da diferença, pela condenação dela ou até mesmo pela marginalização da mesma.

Assim, estas forças da comunicação são responsáveis também (não sozinhas) pelo que se entende do outro lado do muro. Carvalho (2012), fala mais especificamente sobre a relação da mídia e a comunidade LGBTI:

As potencialidades não fragmentadoras do jornalismo, portanto, devem ser entendidas a partir da sua inserção em um meio social de compartilhamento de experiências, que se dá pela mediação técnica propiciada pelas mídias noticiosas, dentre outras modalidades de mídias, mas também pelos contatos interpessoais e pelas formas particulares como cada pessoa circula pela realidade que lhe é mais imediata, inclusive com todas as suas contradições (CARVALHO, 2012, p. 125).

O autor ainda declara que o jornalismo é responsável por parcela significativa do que é colocado no mundo sobre os sujeitos inseridos na temática, mesmo que muitas vezes oculte aspectos de relevância para a compreensão desta diferença. Sendo ele “também marcado por contradições, a exemplo de silêncios e interditos relativamente a temas de grande relevância social que podemos encontrar na prática específica de uma mídia noticiosa” (CARVALHO, 2012, p.122).

Neste sentido, é possível enxergar o jornalismo como um dos mecanismos que fomentam a memória ou contribuem para o esquecimento.

### **2.3.1. Memória Cultural: o atrelamento do oculto e do representado na memória de uma sociedade**

Ao falar de identidades culturais e representação é importante refletir sobre o que destes processos nunca findáveis fica para o pensamento e comportamento, tendo em vista o constante movimento em relação aos fatores que movimentam uma sociedade. Assim, alinha-se à intenção da pesquisa uma reflexão sobre memória e imprensa.

Aleida Assmann (2011) afirma que a memória viva vem de um suporte que é dado por mídias e que o processo de recordação ou esquecimento ocorre no indivíduo e segue processos psíquicos, mas no nível coletivo e institucional são norteados por políticas específicas.

Já que não há auto-organização da memória cultural, ela depende de mídias e de políticas, e o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial é certamente problemático, pois traz consigo o risco da deformação, da redução e da instrumentalização da recordação. Tais restrições e enrijecimentos só podem ser tratados se acompanhados de crítica, reflexão e discussão abertas (ASSMANN, 2011, p. 19).

A pesquisadora completa, ao referenciar a fala de Paul Antze e Michael Lambek (1997), dizendo que “apela-se à recordação para curar, para acusar, para justificar. A recordação tornou-se parte essencial da criação identitária individual e coletiva e oferece palco tanto para conflito quanto para identificação” (ANTZE; LAMBECK *apud* ASSMANN, 1997, p. 20).

Para Assmann (2011), há uma problemática entre a escrita e a tradição:

O problema da tradição – e com ele o problema da memória cultural – torna-se muito mais complexo no momento em que não se trata mais de anotar e ler *contra* o esquecimento, mas de *incorporar* esse esquecimento como elemento constitutivo no processo de transmitir e legar coisas do passado. Quando se fala de deslocar o interesse *dos textos para os elementos remanescentes*, trata-se de uma mudança das mídias da memória de testemunhas “falantes” para testemunhas “mudas”, com a preocupação de fazer que essas últimas voltem a se manifestar (ASSMANN, 2011, p. 229).

Neste ponto, é proposto um comparativo prático quanto à questão da memória, da identidade e da representação, através de um exemplo do que circulava acerca de AIDS/HIV e sua relação com homossexuais:



Figura 1: Jornal O Dia, 20/11/1984<sup>5</sup>



Figura 2: Jornal Notícias Populares, 12 de junho de 1983.

Do seu surgimento aos dias atuais, a Aids tem deslocado verdades médicas e científicas, desafiado a capacidade de cura para algumas doenças, lançado problemas sobre preconceitos sociais diversos, especialmente aqueles ligados às relações de gênero, e mais particularmente à homofobia (CARVALHO, 2012, p. 255).

Carvalho (2009) percorre o caminho traçado pela Aids e sua falsa ligação aos homossexuais, mais especificamente.

Da ideia inicial de “grupos de risco”, gerada equivocadamente pelo fato de a Aids primeiramente ter sido identificada entre homossexuais, prostitutas, usuários de drogas injetáveis, hemofílicos e haitianos, o maior prejuízo social e simbólico recaiu sobre as homossexualidades masculinas, tornando mais visível a homofobia muitas vezes mal disfarçada em violências físicas e simbólicas. Se foi fortuita a identificação de homossexuais como “grupo de risco”, pelo fato de um mesmo médico ter atendido um conjunto dessas pessoas no início da disseminação mais abrangente da Aids (CARVALHO, 2015, p. 265).

A Aids logo foi fortemente ligada à homossexualidade nos anos 80, trazendo abertura para que discursos midiáticos fossem construídos e difundidos com essa ideia. Logo os sujeitos de um lado enxergavam os sujeitos do outro lado (LGBTIs) como transmissores do vírus e até atribuindo à Aids o título de “peste gay”. Com o tempo, os discursos foram mudando, pois as causas e feitos do HIV e da Aids foram sendo esclarecidas por profissionais da área e informadas pela mídia. Seguindo a ideia de Assmann (2011), a memória cultural sobre portadores de Aids foi construída com a ajuda de aparatos midiáticos que propagavam este discurso imagético e textual sobre o tema.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com.br/2012/11/os-sombrios-anos-da-peste-gay.html>  
Acesso em: 10 abril 2018.

Esta ideia de dominância sobre um grupo pode ser encontrada na obra de Ecléa Bosi (1994), quando a autora conversa com o conceito de psicologia do oprimido. Ecléa Bosi (1994) faz o que João Alexandra Barbosa (2015) ~~vai~~ chama de “psicologia do oprimido”.

A força da evocação pode depender do grau de interação que envolve: eventos de repercussão restrita diferem, em sua memorização, dos que foram revividos por um grupo anos a fio. Mas uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais. Conhecemos a tendência da mente de remodelar toda experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. O empenho do indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um “desejo de explicação” (BOSI, 1994, p. 419).

O jornalismo possui a responsabilidade, como um ator político e social, de atentar aos discursos e a forma como enxerga o “outro” e, mais importante, como o representa para as pessoas.

Refletir sobre o poder de afetação dos acontecimentos e a dialética agir-sofrer que lhe é adjacente nos permite ir além na compreensão sobre o próprio estatuto dos acontecimentos, mas particularmente interessa às nossas investigações sobre o Jornalismo ao promover importantes deslocamentos sobre modos tradicionais e reducionistas de concepção do acontecimento em estudos da área (CARVALHO, 2015, p. 268-269).

Assmann (2011) reforça a ideia, quando diz que há uma tentativa sempre de reduzir os acontecimentos, em encontrar significado em um ponto dentro de um círculo. Em outras palavras, é o mesmo que procurar entender o mundo do outro lado do muro, através de uma fresta. A autora afirma que no sistema de reconhecimento humano, se tem, extremamente enraizados, esquemas culturais que permitem o reconhecimento do “todo na parte, a sequência no exemplo, o geral no específico” (ASSMANN, 2011, p. 405).

O exercício de recordar, de jogar luz, está sempre acarretado ao esquecimento de outras partes. Assmann (2011) vai dizer que “por um lado, espaços da recordação surgem por meio de uma iluminação parcial do passado, do modo como um indivíduo ou um grupo precisam dele para a construção de sentido, para a fundação de sua identidade” (ASSMANN, 2011, p. 437). Retomando o pensamento de Kossoy (2018) ao dizer que quando uma foto é tirada há toda uma parte que permanece na penumbra ou invisível e este deve ser o foco da discussão, é possível

fazer uma analogia com o que defende Assmann, em relação a uma iluminação parcial, que escurece outros cantos da memória.

O que se seleciona para a recordação sempre está delineado por contornos de esquecimento. O recordar que enfoca e concentra implica esquecimento, da mesma forma que [...] se escurece o restante de um cômodo quando se leva uma vela até o canto desse mesmo cômodo (ASSMANN, 2011, p.437).

Então é possível traçar um paralelo entre imagens e memória. Assmann (2011) defende que imagens não funcionam apenas com descrições de um cenário, mas são também *media* da recordação e também “instrumentos da terapia que envolve recordação” (Assmann, 2011, p.109), tendo a palavra e as imagens uma força domesticadora da memória. Para a autora, o problema da memória ainda reside nas imagens. “A imagem reforça a posterioridade da memória, o hiato que se verifica entre experiência e sua repetição na recordação” (ASSMANN, 2011, p.179), isto é, aos indivíduos que não viveram aquele momento a imagem funciona como um aporte para construir essa memória ou esta recordação, mesmo que não tenha sido presenciada ou sentido pelos receptores.

As imagens distinguem-se fundamentalmente em relação à sua capacidade de iluminar as características e os processos da memória “artificial” (*ars*) ou “natural” (*vis*) [...]. Experiência e recordação nunca se deixam harmonizar em conformidade plena. Entre ambas há um hiato em que o conteúdo da memória será deslocado, esquecido, obstruído, repotencializado ou reconstruído (ASSMANN, 2011, p. 191).

Reforçando que:

Quanto mais as metáforas da memória fazem jus a essa dinâmica imanente das recordações, tanto mais elas realçam a dimensão temporal como fator decisivo e tanto mais fazem da reconstrução dos conteúdos da memória o verdadeiro problema em questão (Assmann, 2011, p. 191).

Porém, para a autora, os espaços de recordação e esquecimento não são fixos, seguindo o percurso da cultura, das identidades, que também não são estáticas. “É assim com a recordação: mesmo quando a negligenciamos, nem por isso ela nos deixa por muito tempo” (ASSMANN, 2011 p.442).

As diversas mídias da memória não se sucedem, simplesmente, substituindo-se umas às outras. Elas subsistem umas ao lado das outras e equivalem a formas diversas de continuidade e descontinuidade na memória cultural. A referência ao passado não se dá de forma única, em momento algum; mais que isso, chega-se a uma estrutura sempre mais complexa de superposições e entrecruzamentos entre diferentes planos da memória: o plano dos textos, dos objetos remanescentes, dos vestígios e do lixo (ASSMANN, 2011, p. 233).

Como é o caso das representações textuais e visuais, no sentido de uma se apoiar na outra e uma depende da outra em diferentes momentos e por isso o reconhecimento atribuído aos dois sistemas de representação deve ser equivalente. De modo que “imagens e textos adaptam-se de modos diferentes à paisagem do inconsciente” (ASSMANN, 2011, p. 245). Joly (1994) afirmam que as imagens devem sempre estar atreladas às noções do contexto que estão inscritas.

Percebe-se, contudo, que longe de ser um flagelo ameaçador e contemporâneo, a imagem é um meio de expressão e de comunicação que nos vincula às tradições mais antigas e ricas da nossa cultura. Mesmo sua leitura mais ingênua e cotidiana mantém em nós uma memória que só exige ser um pouco reativada para se tornar mais uma ferramenta de autonomia do que de passividade. Vimos, de fato, que sua compreensão necessita levar em conta alguns contextos da comunicação, da historicidade de sua interpretação e de suas especificidades culturais (JOLY, 1994, p. 135).

O pesquisador Raymond Williams (2003) tem uma teoria dos níveis de cultura, a qual ele divide em três: a cultura vivida, a cultura registrada e a cultura de tradição seletiva. A cultura vivida designa justamente aquela cultura que está de fato sendo vivenciada pelas pessoas em seus cotidianos, suas rotinas. A cultura registrada se refere à documentação da cultura, quando o período já não está mais sendo vivido. Coiro Moraes e Escobar (2018) vão dizer, ainda sobre a teoria de Williams (2003), que “quando a cultura de um período já não é presente, ou seja, não é mais uma cultura vivida, o passado sobrevive, ainda que de maneira mais restrita, nos documentos deixados por essa e/ou acerca dessa cultura” (COIRO MORAES; ESCOBAR, 2018, p. 4). Sendo que, é através da cultura registrada que se torna possível ter uma ideia, mesmo que superficial, sobre um determinado período ou prática cultural que já não é mais vivido. “Teoricamente, um período se documenta; na prática, essa documentação é absorvida por uma tradição seletiva, e ambos são diferentes da cultura vivida” (WILLIAMS, 2003, p. 59).

Um exemplo disso pode ser apontado na consulta a dados documentais em acervos de jornais, pois se à cultura vivida correspondem os acontecimentos que estavam em curso em determinado tempo e lugar; o agendamento do que e de quem é notícia, no momento do registro desses fatos, isto é, quando eles adquirem o estatuto de acontecimentos jornalísticos, já se constituiu em uma primeira seleção; e, finalmente, quando acontece a busca pelos registros dessas fontes, é muito provável ela seja orientada pelos propósitos atuais da pesquisa que originou a consulta, o que institui a tradição seletiva (Coiro Moraes; Escobar, 2018, p.4).

Por isto, Williams (2003) reforça que é importante entender o funcionamento de uma tradição seletiva.

Até certo ponto, a seleção começa dentro do mesmo período; de toda massa de atividades se selecionam certas coisas, se lhes dá valor e ênfase. Em geral esta seleção refletirá a organização do período em seu conjunto, ainda que isto não signifique que mais adiante os valores e ênfases se confirmem (WILLIAMS, 2003, p. 59).

Com isto, pode-se dizer que o jornalismo em si se enquadra dentro do âmbito de tradição seletiva, pois não é a cultura vivida e nem o mero registro de uma cultura registrada, uma vez que passa por pré-seleções antes de se concretizar e está sujeito a diversas forças que vão além do ‘retratar o real’, como é comumente visto. Carvalho e Sousa (2014) falam de uma memória manipulada que é particular do fazer jornalístico. “Implica um grau de subjetividade e o jornalismo busca se atrelar a elementos de uma memória coletiva a fim de que a narrativa tenha ressonância junto ao público e este reconheça no processo de refiguração um mundo que também é seu” (CARVALHO; SOUSA, 2014, p. 161).

Os pesquisadores Marco Antônio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos refletem sobre o tema transexualidade e abordagem midiática no livro “Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência” (2018). Os autores dizem que:

Se a transexualidade só pôde adquirir existência a partir do discurso midiático e do avanço médico e do avanço formidável de suas técnicas, foi o imaginário social, por meio dos veículos de comunicação. O responsável pela migração do transexualismo do campo da psicopatologia para o da expressão cultural, valorizada e até incensada pela mídia. O que até então pertencia aos dossiês médicos recebeu status de “objeto de consumo”, exposto como joia valiosa numa vitrine. Assim, dentro da lógica capitalista de oferta e demanda, a transexualidade adquiriu o mesmo valor de uma cirurgia plástica associada ao suprimento hormonal (COUTINHO; TRAVASSOS, 2018, p. 65)

Nos últimos anos, a imprensa tem publicado uma enorme quantidade de depoimentos, opiniões e discussões sobre a transexualidade. A grande difusão dessas questões na mídia produz todo tipo de efeitos sobre a população leiga, que quer saber exatamente o que é isso, uma vez que a maioria das pessoas nunca tinha ouvido falar nada sobre essa experiência, tendo apenas ideias difusas que confundem transexuais, homossexuais, travestis... (COUTINHO; TRAVASSOS, 2018, p.67)

Desta forma, Carvalho (2015) defende que o jornalismo, por apanhar acontecimentos através de narrativas, deve estar sempre atento a elas, isto é, o discurso deve ter cuidado redobrado por parte de quem o produz.

É necessário, assim sendo, identificar como se dá a armação da intriga, quais são as relações de temporalidade acionadas, quais são as personagens implicadas, na condição de fontes ou agentes que auxiliam a contar a história, dentre outros elementos capazes de, a partir dos acontecimentos narrados,

esclarecer sobre eles e, dialeticamente, tomá-los como esclarecedores sobre os modos de ser do Jornalismo (CARVALHO, 2015, p. 270).

## **2.4. Produção: mecanismos que norteiam o fazer jornalístico**

### **2.4.1. Jornalismo de revista**

No que se refere à produção jornalística dentro do circuito da cultura, é importante que se discuta a base do jornalismo e sua produção em revista, de forma a enxergar as peculiaridades desta plataforma para então discutir a sua abordagem quanto ao tema.

A começar pela periodicidade das revistas que a distingue de outros meios tais como jornais diários e notícias/reportagens veiculadas em plataformas *online*. Marília Scalzo (2011) vai se debruçar sobre a temática referente ao jornalismo de revista. Para a autora, o formato de jornalismo em revista, por sua periodicidade particular, faz com o que o trabalho do jornalista também se transforme. E, desta forma, não dá para fazer jornalismo da mesma forma para estas diferentes plataformas.

Não dá para imaginar uma revista semanal de informações que se limite a apresentar ao leitor, no domingo, um mero resumo do que ele já viu e reviu durante a semana. É sempre necessário explorar novos ângulos, buscar notícias exclusivas, ajustar foco para aquilo que se deseja saber, conforme o leitor de cada publicação. Nas redações de jornais ou telejornais, quando acontece um terremoto, por exemplo, tudo treme. É preciso correr e dar a notícia em cima da hora. Nas revistas, a redação não treme. Ou treme bem menos. Se for para falar do terremoto, é necessário descobrir o que ninguém sabe sobre ele, explicá-lo de forma diferente (SCALZO, 2011, p. 41).

Esta diferença está em cobrir funções sociais que vão além do simples reportar. Azubel (2013) caracteriza o exercício jornalístico de revista como um constante desafio de “recrear, trazer análise, reflexão e experiência de leitura” (AZUBEL, 2013, p.12) e que, como consequência de um mau aprofundamento, podem levar à “miséria de pensamento, erigir mitos, sustentar estereótipos e fomentar ideologia” (AZUBEL, 2013, p.12).

Assim, comportam, em relação de justaposição, tolerância e negociação, o conhecimento e a cegueira, a consciência e a incompreensão. Por conseguinte, concebemos nosso objeto como um meio de comunicação, um negócio, uma marca, um produto; um conjunto de serviços: veículo sintetizador de informação, educação e entretenimento; uma história de amor com o leitor – com direito a rompimentos e reconciliações (AZUBEL, 2013, p. 259).

Revistas são meios que amplificam, com capacidade de confirmar, explicar e aprofundar notícias e recortes de outros meios de comunicação mais imediatos como jornais diários e noticiário em internet. E que por tratar de representação de identidades com maior profundidade

se tornam “um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir uma identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo” (SCALZO, 2004, p. 12). Segundo Azubel (2004), revistas possuem uma autonomia que depende ao momento cultural que a alimenta. E que por este motivo, “as revistas, enquanto meios de comunicação, representam objetos e/ ou seres e/ou pessoas e/ou acontecimentos, oferecendo-nos algum tipo de conhecimento sobre eles” (AZUBEL, 2013, p. 272).

Em função da periodicidade, têm mais tempo para elaborar a pauta, checar e analisar informações, explorar diferentes ângulos, aprofundar o tema e ajustar o foco ao leitor. Abordam assuntos e suas reportagens assumem caráter de recuperação dos acontecimentos para construção de textos interpretativos, atravessados, em variáveis graus, pela opinião (AZUBEL, 2013, p.260).

#### **2.4.2. Formato e gêneros jornalísticos da revista**

Dado o contexto do exercício jornalístico em revistas, é vital para seu entendimento e, posteriormente nesta pesquisa, o seu questionamento, que se pense nos gêneros (introduzidos brevemente no subcapítulo anterior) dentro da revista.

Como dito por Scalzo (2011) e Azubel (2013), o jornalismo de revista possui como característica principal, devido ao tempo que é disponível ao jornalista, o aprofundamento. Possibilitando procurar novos ângulos, enquadramentos, testemunhos e vieses possíveis para a construção da narrativa. Sendo a reportagem seu maior elemento de distinção dentre os outros veículos de informação mais imediatos, pois possui uma maior detalhamento e sobreposições de um mesmo fato. Porém, é comum confundir notícia com reportagem, sendo que ambos perpassam pelo campo da comunicação.

José Marques de Melo (2003) é um dos autores que pesquisa gêneros e formatos jornalísticos. Para o pesquisador, notícia é um “relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 65-66). Porém, ele reforça que o jornalismo não vive apenas de relatos, isto é, dizer o que aconteceu. Por isto, existem os gêneros jornalísticos que atuam como uma:

Classe de unidades da comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e de recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia) (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2013, p. 30).

E estes gêneros estão circunscritos e permeiam os formatos jornalísticos que, em sua opinião,

é o feito de construção da informação transmitida pela mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional. Essa construção se dá em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos e particularidades relacionados ao *modus operandi* de cada unidade (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2013, p. 32).

Neste sentido, Assis (2014) diz que reportagens se distinguem de notícias de maneira que são menos imediatas, mais aprofundadas, com uma gama maior para narrativas, fugindo de tratamentos superficiais acerca dos temas que se propõe a falar sobre. Além disto, “até mesmo a pauta (seu planejamento) é diferenciada, sendo menos rígidas” (ASSIS, 2014, p.80).

O campo da comunicação é constituído por conjuntos processuais, entre eles a comunicação massiva, organizada em modalidades significativas, inclusive a comunicação periodística (jornal/revista). Esta é estruturada, por sua vez, em categorias funcionais, como é o caso do jornalismo, cujas unidades de mensagem se agrupam em classes, mais conhecidas como gêneros, extensão que se divide em outras, denominadas formatos, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamadas tipos (MARQUES DE MELO, 2009, p.35).

É notório que as revistas possuem suas linhas editoriais e que agirão conforme tal posicionamento, porém, como apontado por Scalzo (2011), é necessário estar atento na profundidade deste conteúdo e na forma como ele foi aproveitado, uma vez que as reportagens de revistas são mais extensas, possuem mais tempo para que sejam trabalhadas (semanais, quinzenais ou mensais) e também exploram diferentes formas de narrativas. Por isto, a produção é um eixo importante dentro do circuito da cultura, pois quando explorada e colocada em questão, pode servir como base para entender as ferramentas técnicas e processuais que irão ditar a comunicação do veículo. Neste caso, observa-se a especificidade da reportagem em relação à notícia, como se dá o jornalismo em revistas e quais os princípios, para além de posicionamento editorial, que devem ser seguidos para que haja um jornalismo que seja condizente com o tema da narrativa.

Trabalhados os eixos de Identidade, Representação, Memória e Produção é possível observar que há um diálogo entre eles, que é circunscrito pela cultura. Sendo a identidade um resultado de uma representação ou a total negação do discurso, tendo em vista o que uma sociedade se lembra ou entende desta comunidade, ou seja, sua memória cultural. Tudo isso proveniente de uma produção jornalística que possui especificidades para encaminhar os discursos. A relação entre os eixos do diagrama será explicada no capítulo seguinte (3), quando o Circuito da Cultura é apresentado e adaptado para esta pesquisa como um diagrama

metodológico de análise. Assim, as identidades LGBTIs que surgem dos discursos ou da falta deles serão apresentadas ao leitor.

### 3. METODOLOGIA

Como metodologia escolheu-se a análise cultural fazendo o uso do Circuito da Cultura<sup>6</sup>. Foram selecionadas as notícias e coberturas referentes ao tema aqui apresentado. Dito isto, as matérias foram divididas em quatro categorias: Parada LGBTI, Identidades LGBTI, Políticas e, por fim, crimes de ódio cometidos contra a comunidade. As categorias foram estabelecidas após a coleta do material, exatamente pela necessidade de entender como até que ponto as revistas aceitam e ignoram os critérios de noticiabilidade. Uma vez que as paradas de orgulho LGBTI são agenda fixa e acontecem todos os anos, a categorias de identidades LGBTIs vem para elucidar que os veículos dão uma atenção grande para essas identidades, mas deixam de lado duas grandes categorias: Políticas, que inclui basicamente conquistas no plano legal da comunidade; e, por fim, os crimes cometidos contra a comunidade. O quadro (Tabela 1) com a divisão das 39 matérias ficou da seguinte maneira:

**Tabela 1: levantamento do número de matérias nas revistas**

Veículo	Número de matérias
Isto é	6
Carta Capital	7
Época	7
Veja	19

Fonte: Ciro Martins Pires de Oliveira (2019)

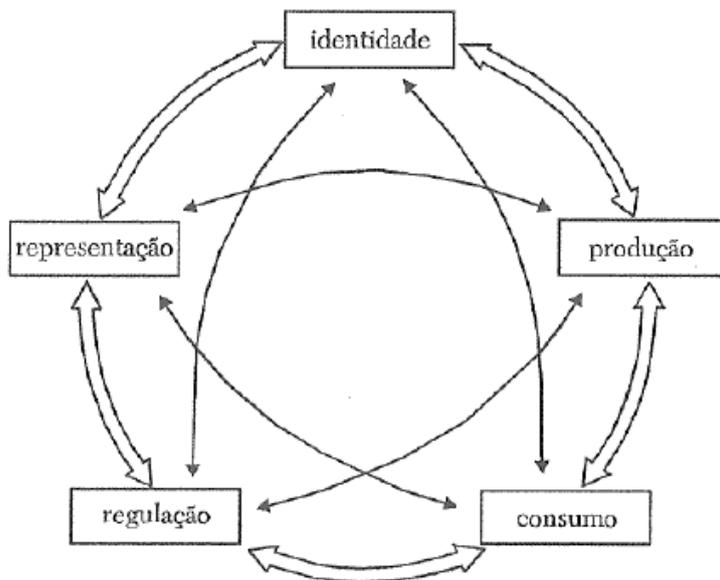
Para o *corpus* da pesquisa foi feito um levantamento de todas as edições do ano de 2016 até a última parada gay do ano de 2017 das revistas Veja, Carta Capital, Época e IstoÉ, onde foram encontradas 39 reportagens sobre a temática LGBTI. Além da análise quantitativa, foram selecionadas algumas matérias para análise qualitativa: “Meu filho é trans” (Veja), “Pódio para a diversidade” (IstoÉ), “Retratos Capitais” (Carta Capital), “A irrelevância dos extremos” e “Mais um passo à frente” (Veja – Imagens da Semana), “A outra pílula azul” (Época), “Diva de qualquer estação” (Veja) e “É Bafo! (Veja). As matérias foram selecionadas por falarem diretamente com o tema da pesquisa e também por abranger diferentes identidades dentro dos LGBTI. A matéria “Meu filho é trans” fala sobre crianças transexuais e o processo de “aceitação” dos pais. “Pódio para a diversidade” fala sobre representatividade nas olimpíadas. “Retratos Capitais” traz uma travesti na Parada LGBTI. “A irrelevância dos extremos” e “Mais

<sup>6</sup> Du Gay et al (1997, p. 4)

um passo à frente” são fotografias sobre política. “A outra pílula azul” traz o homossexual como protagonista do discurso. “Diva de qualquer estação” é um perfil de uma drag queen e “É Bafo!” uma reportagem sobre um rapper negro gay. Dito isto, as matérias selecionadas possibilitam um campo maior de discussão.

Para sublinhar esta análise serão utilizados os Estudos Culturais para falar sobre as identidades culturais e representações. A metodologia que norteia a pesquisa é o circuito da cultura (Figura 1). Para isto, os eixos originais (identidade, produção, consumo, Regulação e representação) foram adaptados conforme o foco do trabalho.

Figura 3 – O circuito da cultura



Fonte: Du Gay et al (1997, p. 4)

Esta pesquisa é fundamentada conforme o Circuito da Cultura, que advém dos Estudos Culturais. Para isto, foram desenvolvidos os quatro eixos da pesquisa de um circuito especificamente para a temática LGBTI, sendo eles: Identidade Cultural, Representação, Memória e Produção.

Paul Du Gay, Stuart Hall, Linda James, Hugh MacKay e Keith Negus (1997, p. 4) criaram o Circuito da Cultura para entender o *walkman* como artefato cultural. E, para isto, desenvolveram um diagrama que, segundo os autores, possui eixos que serão primordiais para a compreensão de um artefato cultural.

A proposta do circuito da cultura de Paul du Gay e outros pesquisadores (1997) desenvolve-se a partir do estudo do Walkman como artefato cultural, articulando consumo, produção, regulação, identidade e representação; sem privilegiar qualquer desses eixos para examinar os sentidos atribuídos aos produtos culturais, considerando-os, isto sim, inseparáveis da própria noção de circuito (COIRO; LISBOA FILHO; LISBOA, 2014, p.5).

Du Gay (1997) lembram que por se tratar de um circuito, não há hierarquia entre os eixos e nenhuma ordem para entendê-los, pois para que haja compreensão todos os eixos de pesquisa devem ser visitados e desenvolvidos.

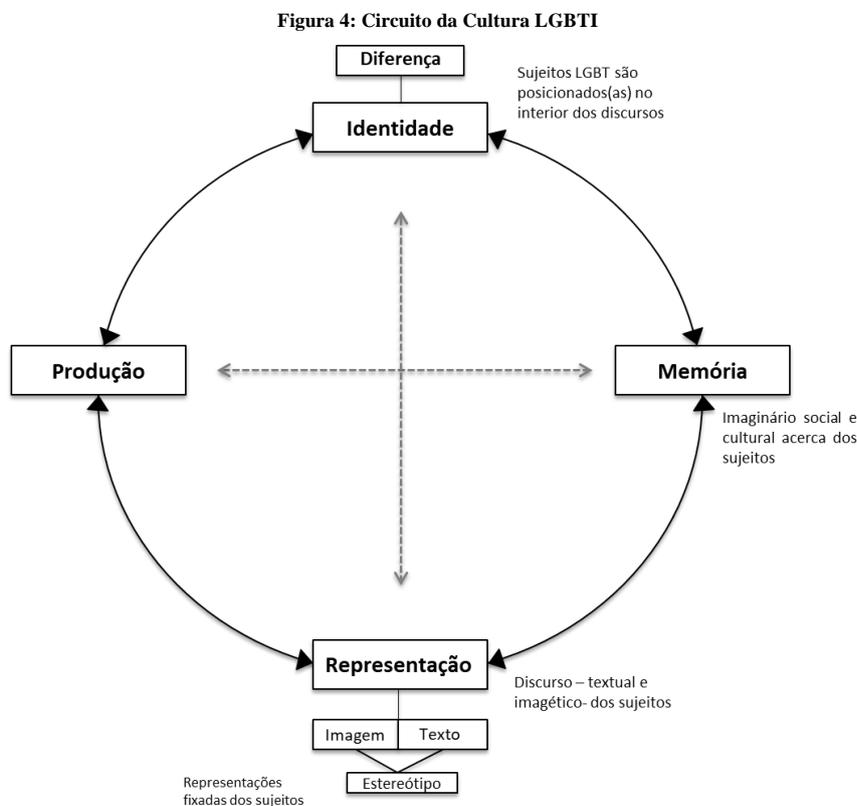
E mais, cada parte tomada do circuito reaparece na próxima. Então, tendo iniciado na Representação, as representações tornam-se um elemento na parte seguinte, isto é, de como as identidades são construídas. E assim sucessivamente. Nós separamos essas partes do circuito em diferentes seções, mas no mundo real elas continuamente se sobrepõem e se entrelaçam de modo complexo e contingente (DU GAY et al., 1997, p. 4).

O primeiro eixo pode ser a *Representação*, que Du Gay et al. (1997) dizem que é “referência a sistemas simbólicos, como os textos e imagens envolvidos na produção de um artefato cultural, por sua vez, esses sistemas geram identidades que lhes são associadas e têm um efeito de regulação na vida social, promovendo consumo (COIRO; LISBOA FILHO; LISBOA, 2014, p. 4); o segundo eixo é *Identidade*, que trata do “posicionamento dos sujeitos no interior das representações, e está relacionado aos processos de subjetivação do indivíduo e de sua caminhada na direção do tornar-se sujeito” (COIRO; LISBOA FILHO; LISBOA, 2014, p.6); A *Regulação* “corresponde a noção de regramento, isto é, leis, normas e convenções através das quais as práticas sociais são ordenadas e políticas culturais são implementadas” (COIRO; LISBOA FILHO; LISBOA, 2014, p.6); A *Produção* como “ato ou resultado da transformação socialmente organizada de materiais numa determinada forma” (COIRO; LISBOA FILHO; LISBOA, 2014, p.9); e *Consumo* como sendo a o eixo em que a produção de sentido é completada, “conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 1999, p. 77).

Como já dito em momento anterior, para esta pesquisa foi desenvolvido um Circuito da Cultura que abarque as necessidades metodológicas do trabalho e, que por este motivo, possui algumas diferenças com o circuito de Du Gay et. Al (1997). Coiro e Lisboa Filho (2014) irão

dizer que, apesar de se tratar de uma metodologia de análise, “cabe a ressalva de que o processo analítico também é determinado pelas particularidades dos objetos de cada esforço investigativo” (COIRO; LISBOA FILHO, 2014, p. 82).

Desta forma, o circuito anteriormente citado foi modificado para a pesquisa, para abarcar as necessidades do tema e também por não comportar algumas especificidades do circuito original:



Fonte: Ciro Martins Pires de Oliveira (2019)

Os eixos de *Identidade*, *Representação* e *Produção* foram mantidos do Circuito original de Du Gay et. Al (1997), mas os de *Regulação* e *Consumo* foram retirados para abrir espaço a um novo eixo trabalhado nesta pesquisa: *Memória*. Estes eixos serão todos trabalhados e discutidos no capítulo analítico (4), que se segue a este. A presente pesquisa trata de como estes

eixos irão conversar com a comunidade LGBTI e de que forma cada um dos pontos do circuito está interligado.

*Identidade* trata dos sujeitos que estão posicionados no interior dos discursos, isto é, uma reflexão sobre a mobilidade do ser e a forma como devem ser identificados e a forma como são, de fato, identificados nos discursos jornalísticos. *Representação* é o eixo que se dedica a estes discursos midiáticos que, com a pesquisa, serão analisados em suas representações textuais, mas também imagéticas. Neste eixo, ainda é discutida a questão do estereótipo que nasce dentro dos discursos como uma fixação das identidades LGBTIs, tanto por meio da imagem, quanto por meio do texto. *Memória* é a parte que se dedica à memória cultural, especificamente. Ou seja, a memória que uma sociedade tem com base naquilo que lê ou vê destas notícias e reportagens, discutindo conceitos de memória coletiva, memória individual e memória cultural. Por fim, o eixo *Produção* se dedica a trazer as especificidades do jornalismo de revista, como é produzido e quais são os preceitos, para que assim seja possível argumentar sobre as abordagens jornalísticas e também entender o cenário que está inscrito no jornalismo.

#### 4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

*A verdade não rima, a verdade não rima...*

*Fátima Guedes*

No capítulo 2, os eixos de produção, representação, memória e identidade foram trabalhados para solidificar o arcabouço teórico do trabalho. O Circuito da Cultural LGBTI vem para mostrar como os eixos estão conectados uns com os outros e apontam para as identidades que são produzidas e analisadas neste capítulo. O capítulo 3 traz o diagrama do circuito da cultura e como ele pode ser aplicado em uma pesquisa, como é o caso das análises que seguem a introdução deste capítulo.

Através das análises é possível constatar identidades estereotipadas que surgem das representações textuais e imagéticas da Veja, Carta Capital, IstoÉ e Época. Trazendo, ao menos, uma reportagem de cada veículo para ser analisada, as reportagens apontam as a seguinte tipologia de identidades:

1. Transexual atrelado à fragilidade
2. Homossexual atrelado à promiscuidade e ao HIV
3. Sujeitos LGBTI que superaram algo
4. Brasileiro como um povo acolhedor das diferenças.

No primeiro momento das análises o trabalho traz o resultado de um levantamento de dados dos anos de 2016 e 2017 sobre a quantidade de reportagens que foram veiculadas pelas revistas sobre a temática LGBTI e as considerações que surgem da análise. Sem seguida, entram as análises culturais de algumas reportagens. Dentro do corpus da pesquisa, são analisadas os materiais: “É Bafo!”, “Diva de qualquer estação”, “A irrelevância dos extremos”, “Retratos Capitais”, “Mais um passo à frente” e “Pódio para a diversidade”, trazendo as reflexões segundo o diagrama apresentado (página 50).

Em um segundo momento, a pesquisa abre espaço para reportagens mais recentes, do ano de 2018. Isto é justificado para trazer atualidade às análises e também para verificar como e se os veículos atualizaram seus discursos sobre os LGBTIs. Então, surgem as reportagens “Meu filho é trans” e “A outra pílula azul”, que trazem uma discussão importante sobre transexualidade e homossexualidade, respectivamente, no Brasil.

Tendo isto em vista, as análises são apresentadas em subcapítulos que levam os nomes conforme a discussão de identidade que surge das reflexões e análises, sendo elas: identidade e invisibilidade; identidade e superação; identidade e banalidade; identidade e política; identidade e fragilidade; e, identidade e promiscuidade.

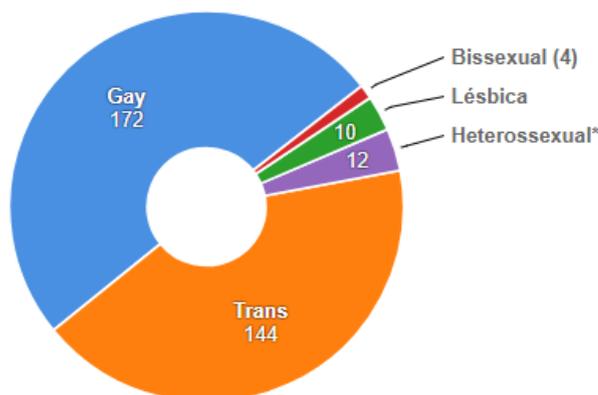
#### 4.1. Identidade e invisibilidade: os crimes de ódio nas revistas ao longo de dois anos

Antes de trazer os dados da pesquisa nas revistas, é preciso que seja feita uma introdução em relação aos números relacionados à LGBTIfobia no Brasil. Em uma matéria publicada no portal do O Globo<sup>7</sup>, no Rio de Janeiro, no dia 24 de janeiro de 2017, a jornalista Mariana Alvim informa:

Foram mortas, em 2016, 343 pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTI) no Brasil — um recorde levantado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) nos 37 anos em que compila anualmente o número de vítimas fatais da homofobia. Isto que significa que, aproximadamente a cada 25 horas, pelo menos uma pessoa com estas orientações sexuais é assassinada no país [...].

Segundo o levantamento, são 343 pessoas LGBTI mortas no ano de 2016. O Gráfico 1, abaixo, mostra como se distribuem as ocorrências dentro da comunidade.

**Gráfico 1 – Vítimas por seguimento LGBTI**



**Fonte: Grupo Gay da Bahia/Assassinatos de LGBTI no Brasil (Relatório 2016)**

O *corpus* de parte da dissertação compõe-se pelo levantamento de 39 matérias que dialogam com a comunidade LGBTI em suas diversas facetas, sob a seguinte distribuição por revista (Tabela 1):

<sup>7</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/homofobia-mata-uma-pessoa-cada-25-horas-norte-tem-maior-indice-20819002>

**Tabela 2 – Quantidades de matérias LGBTI**

Veículo	Número de matérias
Isto é	6
Carta Capital	7
Época	7
Veja	19

Fonte: Ciro Martins Pires de Oliveira

Porém, o número de matérias sobre LGBTIfobia no Brasil ou crimes cometidos motivados por esta discriminação foi unanimidade nas revistas: zero. Em todas as edições, ao longo de um ano, a pauta não foi abordada. O único momento em que se discute a intolerância foi quando houve o atentado em Orlando, nos Estados Unidos, em uma boate LGBTI no dia 12 de junho. Apenas por meio deste acontecimento as quatro revistas discutem o assunto, a LGBTIfobia no Brasil não foi colocada em pauta. O que se fala muito nas publicações sobre a temática LGBTI e suas identidades culturais, como diria Hall (2016), é sobre todo o movimento cultural (cultural aqui entendido como práticas artísticas, música, cinema, teatro), casamento LGBTI, direitos civis, histórias de superação, dentre outros.

De fato, há um esforço das revistas em englobar as diferentes identidades culturais que existem dentro da própria comunidade LGBTI, mas é necessário que se destaque aqui o silêncio acerca dos crimes que assolam esse grupo minorizado. Quando se fala em valores notícia e o que deve ou não ser notícia, é de entendimento geral que crimes, com esses dados apresentados na Tabela 1, devem fazer parte do cotidiano das redações. Em uma matemática breve, foram 343 possíveis pautas, uma para cada pessoa morta no ano de 2016, que não foram exploradas e trazidas ao conhecimento público nas revistas aqui analisadas.

Soares (2009) aponta que ao ignorar tais pautas, o jornalismo contribui para o desaparecimento destes acontecimentos. Apesar de o autor fazer referência ao contexto televisivo, o mesmo pode ser dito acerca do impresso, trocando audiência por leitor e televisão por revista.

De maneira semelhante, uma eventual ênfase na divulgação sistemática de crimes pela televisão pode ser interpretada pela audiência como sinal de uma elevação efetiva dos índices de criminalidade. Inversamente, deixar de dar uma notícia corresponde a fazer o acontecimento desaparecer para a audiência (SOARES, 2009, p. 23).

**Comentado [ALCM3]:** É vírgula, e não ponto.

Se há uma omissão por parte das redações, logo essas mudanças no âmbito social não irão acontecer de forma tão orgânica. Sobretudo porque, como avisa Hall (1994), essas identidades se movimentam, transitam, se ressignificam a todo momento. A própria sigla da comunidade já não é mais a mesma: de GLS-Gays Lésbica e simpatizantes, passou para LGBTI-Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais, pois não abarcava mais a diversidade deste grupo. Da mesma forma que homofobia já não representa com exatidão os crimes de violência contra a comunidade LGBTI, o que faz com que o uso de LGBTIfobia seja mais exato, podendo ainda se ramificar em lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia.

As identidades que nascem no interior das representações, ou seja, dos discursos (sejam eles imagéticos ou textuais), dependem de uma abordagem fidedigna e coerente com a realidade desta comunidade. Isto é, o entendimento que se tem sobre sexualidade e as relações de gênero tem grande parte de sua raiz na comunicação, no jornalismo em específico. Por isso, cabe ao mesmo um trabalho de reconhecimento destas identidades e, mais importante, da violência que é feita contra elas. Ao não informar estes crimes do ano 2016, o jornalismo nega, em certa instância, a existência deles.

Após a análise de dados no período da pesquisa, isto é, de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2017, é possível entender que as redações destas revistas não discutem a fundo a LGBTIfobia no Brasil. A não ser quando o crime é cometido em terreno estrangeiro, quando já não mais diz respeito ao “eu”, mas sim ao problema do “outro”, o assunto não foi pautado.

É possível ver um descompasso das revistas Veja, Carta Capital, Isto é e Época com a realidade brasileira. De fato, como informa o Relatório de 2016 Grupo Gay da Bahia, foram 343 assassinatos, ou seja, os crimes LGBTIfóbicos vêm matando cada vez mais pessoas pelo país.

Sendo a memória de um grupo um reforço para a memória individual, seria importante para o jornalismo o esforço em tornar público ou pelo menos acessível, informações que irão contribuir para o processo de uma comunidade em um cenário social, isto é, ao identificar e noticiar a LGBTIfobia. A comunicação reforça as identidades dentro deste grupo e também se torna parte integrante do processo de memorização que a sociedade tem acerca destes acontecimentos.

#### **4.2. Identidade e superação: narrativas LGBTI na revista Veja**

Pensar no mundo midiático relacionando-o a algo que surge em 1866 como um suplemento dominical do jornal Le Nouvel Illustré pode parecer distante, mas objetivo é refletir

sobre a contribuição estética do *fait divers* às matérias que trazem concepções identitárias LGBT, contemporaneamente veiculadas, sobretudo, no meio revista, objeto do estudo. Não se trata de um componente único, mas o *fait divers*, gênero precursor da comunicação de massas, é pródigo em histórias de superação, que representam a realidade quotidiana como algo intrinsecamente interessante e seus protagonistas como agentes de suplantação de condições adversas. Ao partir do princípio de que preconceito e discriminação, por exemplo, possam ser sobrepujadas por “corajosas” atitudes individuais, essas histórias consequentemente desqualificam as lutas sociais de grupos identitários como os LGBT. “Atribuem ênfase especial ao pormenor humano, que pode ou não ser dramatizado por adjunção do crime, do fator sexual ou do esplendor que caracteriza a vida de determinadas camadas” (HOGGART, 1973, p. 145).

Para Angrimani (1995, p. 25), o *fait divers* é “um componente indissociável da imprensa sensacionalista”. E, embora haja divergência quanto à utilização da palavra sensacionalismo, como aponta o próprio autor, ele faz uma analogia do meio de comunicação sensacionalista com um neurótico obsessivo que pendula entre ações transgressoras e crueldade. Já quanto à mensagem sensacionalista ele diz: “a mensagem sensacionalista é, ao mesmo tempo, imoral-moralista e não limita com rigor o domínio da realidade e da representação. Nessa soma de ambiguidades se revela um agir dividido, esquizofrênico” (ANGRIMANI, 1995, p. 17).

Ainda no campo do sensacionalismo Pedroso (1983, p. 52) vai por um caminho que define o gênero sensacionalista como sendo parte da construção de um discurso da informação que acontece na atualidade, com componentes que intensificam a produção visual, do tema, da linguagem e da semântica, sempre optando por realçar, desfocar, colocar ou tirar elementos que destoam da representação da realidade inseridas em um Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017 7 contexto. A autora elucida os pontos cardiais do discurso sensacionalista, mas para esta dissertação nos atentaremos aos seguintes:

Ambivalência linguístico-semântica, que produz o efeito de informar através da não identificação imediata da mensagem; valorização da emoção em detrimento da informação [...]; destaque de elementos insignificantes, ambíguos, supérfluos ou sugestivos; subtração de elementos importantes e acréscimo ou invenção de palavras ou fator; valorização de conteúdos ou temáticas isoladas, com pouca possibilidade de desdobramento nas edições subsequentes e sem contextualização político-econômico-social-cultural (PEDROSO, p.122, 1983).

Sendo a representação um símbolo que classifica o mundo e suas relações internas, como afirma Hall (1997), o sensacionalismo possui um papel importante ao tratar das

identidades da comunidade LGBT, uma vez que por não contextualizar a informação a torna vaga. Marcondes Filho (1989, p. 66) argumenta que esse gênero é “o grau mais radical da mercantilização da informação”, que vê na notícia um apelo emocional e apelativo e, que por percebê-los, os enaltece. Para o auto, é um problema das mídias que, ao tratar da representação de diferentes identidades culturais de forma inadequada, podem atrasar o processo democrático, uma vez que o mesmo depende de informações esclarecedoras no âmbito de questões políticas e sociais.

Barthes (1971, p. 263) caracteriza o fait divers como sendo “a informação monstruosa, análoga a todos os fatos excepcionais ou insignificantes, em resumo anônimos”.

Roberto Ramos (1998) desconstrói a frase do semiólogo ao dizer que ao se referir ao monstruoso, Barthes lança mão de uma “polissemia admirável” (RAMOS, p. 111, 1998), pois faz o uso do anômalo, do fora do comum, grotesco, do extraordinário, utilizando-se de factualidades anônimas e notórias para noticiar. Estabelecendo, em meio às suas ramificações, conflitos que estão no presente.

O Fait Divers, como informação autossuficiente, traz em sua estrutura imanente uma carga suficiente de interesse humano, curiosidade, fantasia, impacto, raridade, humor espetáculos, para causar uma tênue sensação de algo vivido no crime, no sexo e na morte. Consequentemente, provoca impressões, efeitos e imagens (RAMOS, 1998, p. 26).

Em sua origem o fait divers busca nos acontecimentos incomuns o interesse do público. E justamente por nascer como “um noticiário romanceado de acontecimentos extraordinários”, que contava a “realidade com enredo”, como caracteriza Meyer (1996, p. 97), o fait divers deve ser encarado como elemento primordial na base do sensacionalismo e no escalar das emoções de noticiários. Barthes (1971) fazia uma comparação da modalidade com a de um conto que, por possuir um discurso próprio, torna-se uma narrativa cativante. É o que ele chamou de “língua do jornal” (BARTHES, 1971, p. 263).

Os resquícios de fait divers se estendem e desenrolam em vários gêneros jornalísticos, tal como na história de superação, na qual um indivíduo é selecionado como personagem quase que único e figura como alguém que superou obstáculos sociais e culturais e hoje possui um lugar de destaque social. O que retoma um pouco a jornada do herói, estabelecida por Joseph Campbell (1949) em “O herói de mil faces”, em que o autor percebe uma constante nos mitos de ressaltar a aventura do herói, que são as adversidades encontradas pelo indivíduo durante o caminho e a superação desses empecilhos.

Tendo em vista definição de *Fait Divers*, foram analisadas duas matérias que possuem semelhança com o conceito, sendo elas: “Diva de qualquer estação” e “É Bafo!”, ambas pela revista *Veja*.

A primeira possui como personagem a Drag Queen<sup>8</sup> Pabullo Vittar, e foi escrita por Sérgio Martins na edição do dia 21 de julho de 2017. Com o título “Diva de qualquer estação” a matéria possui um formato diferenciado, o de perfil literário que dá espaço para uma linguagem mais subjetiva e pessoal.

Logo no subtítulo “[...] é a cantora mais animada da nova leva de artistas LGBTI “é possível uma breve reflexão. É comum que matérias assim reduzam seus componentes à sua sexualidade ou do nicho de onde saíram. De fato, a matéria deve conter a informação que a drag queen ajuda a compor o cenário de artistas LGBTI do Brasil, mas ela se caracteriza como história de superação, justamente quando foca somente uma cantora, subtraindo os esforços dessa comunidade por inclusão no cenário artístico nacional. Além disso, não se trata de um estilo musical, e sim de documentar a memória de uma das identidades LGBTI.

Na parte meramente descritiva da artista, a revista identifica que se trata de um homem, muito alto e que seu sucesso pode ser considerado transmidiático e em trânsito pelo que o jornalista chama “diversos gêneros e sexualidades”. Ou seja, a drag queen é apresentada como personagem de uma história de sucesso artístico, que supera as fronteiras (e preconceitos) entre os gêneros.

Nascido Phabullo (pronuncia-se “Pábulo”) Rodrigues da Silva, o maranhense de 22 anos e 1,87 metro de altura (ou mais de 2 metros quando “se monta” com suas botas longuíssimas) tem um séquito fiel de fãs, os VittarLovers. Floresceu na comunidade LGBTI, mas vem conquistando um público que abriga os mais diversos gêneros e sexualidades. Os vídeos das canções *Todo Dia* e *K.O.*, de *Vai Passar Mal*, seu álbum de estreia — lançado apenas no formato digital —, passaram de 47 milhões de visualizações no YouTube. Ela é um dos destaques da bancada de *Amor & Sexo*, programa comandado por Fernanda Lima na Globo.

A matéria se utiliza de representações discursivas como “sexualidade fluida”, “drag queen”, “LGBTI” sem ao menos contextualizar ou explicá-los. Desta forma, quem lê a matéria fica sem saber o que é ser uma drag queen e, mais importante ainda, o que é ser uma *drag queen* no cenário brasileiro. Ainda nesta discussão, termos como sexualidade fluida e a sigla LGBTI são lançadas aos leitores sem qualquer aprofundamento e reflexão.

---

<sup>8</sup> Artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações são conhecidos como drag queens (sendo mulheres fantasiadas como homens, são drag kings). O termo mais antigo, usado no Brasil para tratá-los, é o de artistas transformistas. Drag queens/king são transformistas vivenciam a inversão do gênero como espetáculo, não como identidade. Aproximam-se dos crossdressers pela funcionalidade do que fazem, não das travestis e transexuais pela identidade (JESUS, 2012, p. 10).

O perfil é todo montado sobre a história de superação da cantora nascida em uma cidade pequena, São Luís do Maranhão, até os dias de hoje, quando se encontra no ápice de sua carreira. O problema estaria em desconsiderar o contexto social de todos os outros indivíduos, dando ao sucesso o aspecto de meritocracia que invisibiliza as adversidades que cada um encontra no caminho. O espaço da informação é ocupado por apelos emotivos como o *bullying* sofrido pela cantora durante sua infância, que é explorado em poucas palavras: “a mãe conta que ele costumava ser alvo de bullying na escola – e das meninas, que tentavam beijá-lo, só para incomodar”. Neste trecho destacado, o jornalista poderia ter dado ênfase ao fato de que este tipo de situações adversas é uma constante em pessoas da comunidade LGBTI e uma realidade cultural que permeia o cenário brasileiro.

Ainda que promova uma breve discussão sobre gênero (“o cenário musical brasileiro abriga uma leva de cantores trans, de Liniker, especializado em soul music, à força percussiva da banda As Bahias e a Cozinha Mineira”); e sobre as especificidades da drag queen (“Pablo Vittar não é trans: ele se “monta” no palco apenas para a performance artística, não porque se identifique com a sexualidade feminina [defende seu gênero como fluido]”); a matéria, talvez pela própria brevidade, reduz o efeito do artista nas plateias a uma catarse: “É uma catártica liberação para todos os que a veem no palco — adultos e adolescentes, gays e héteros”.

A segunda matéria aqui destacada foi veiculada no dia 1º de julho de 2016, com o título “É bafo!”, ainda de Sérgio Martins. Trata-se de uma reportagem que fala sobre o rapper Rico Dalasam, onde é possível identificar os resquícios de *fait divers*, ao apelar e enaltecer as emoções logo no subtítulo: “primeiro rapper brasileiro assumidamente gay, o paulista Rico Dalasam venceu preconceitos do próprio universo hip-hop para lançar sua carreira [...]”. Mesmo utilizando esse discurso, novamente o jornalista não se propõe a discutir o porquê é difícil ser negro e gay neste país. Ou também, como acontece no trecho seguinte, o autor coloca para o público a questão do rapper se aceitar como homossexual, sem se aprofundar:

Quando o grupo baiano É o Tchan vivia o auge da popularidade, nos anos 90, cafajestes de todo o país invejavam Beto Jamaica e Compadre Washington, que viam de perto os atributos abundantes das dançarinas Sheila Carvalho e Carla Perez. Então adolescente, Jefferson Ricardo Silva tinha outros sonhos. “Eu queria ser a Sheila”, lembra. Foi só mais tarde, porém, que ele aceitou a própria homossexualidade.

Desta forma, toda a memória coletiva, é afetada, uma vez que a representação das identidades culturais negra e LGBTI e suas dificuldades de inserção na subcultura do hip-hop é apenas esboçada.

Ambas as matérias, escritas pelo mesmo jornalista em diferentes anos (2016 e 2017), fazem da busca pelas sensações o principal viés condutor das narrativas. De fato, os textos devem conversar com quem o lê, mas é necessário manter um balanceamento entre emoção e informação para que, assim, cada vez mais identidades culturais sejam retratadas sob o aspecto informativo e reflexivo.

O *fait divers*, gênero que se constituiu através dos relatos factuais “com enredo”, por vezes compartilhou temas e personagens com os folhetins, no século XIX. Trata-se de um embaralhamento do factual com o ficcional, cujos efeitos são idênticos ao de uma má literatura, segundo Barthes (1971). E, por conta desse estatuto “literário”, justifica-se a observação de Meyer (1996), de que o *fait divers* é a única página de jornal que não envelhece. De fato, se compreender fatos políticos depende das conjunturas históricas, as emoções do *fait divers* são as mesmas um ou dois séculos depois.

Pensando no Circuito da Cultura LGBTI, instituído e adaptado para esta dissertação, as matérias priorizam sensações, elegendo personagens e narrando suas histórias de superação, a fórmula ainda é continuamente utilizada no jornalismo atual. Ao representar histórias de vida dando, muitas vezes, um tratamento que retira do contexto histórico, social, cultural e até econômico, a responsabilidade sobre a realidade de quem o habita, essas narrativas tendem, com a ajuda dos *fait divers*, a descontextualizar o ambiente e as problemáticas sociais. Ainda que busquem a representação da diversidade das identidades culturais, ao apelar para a história de superação, acabam colocando sobre o indivíduo todo o peso de uma mudança de vida. E fazendo uso de tais representações, o jornalismo deixa de cumprir um relevante papel como registro da memória e das identidades LGBTI no cenário artístico e cultural brasileiro e contribuem para uma memória cultural rasa acerca da temática, trazendo uma reflexão superficial das identidades ali destacadas.

#### **4.3. Identidade e banalidade: brasileiro como povo acolhedor da diversidade na**

##### **IstoÉ**

Este momento da dissertação traz reflexões sobre a matéria “Pódio para a diversidade”, publicada na edição do dia 19 de agosto de 2016 pelos jornalistas Camila Brandalise e Lucas Bessel.

De maneira geral, é uma reportagem pequena que trata do número de atletas assumidamente LGBTIS nos jogos olímpicos sediados na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016. O subtítulo “os Jogos do Rio se transformaram em uma bem-vinda manifestação de amor. Nunca uma

edição teve a participação de tantos atletas assumidamente gays” já traz o tom que a matéria utilizará para os discursos imagéticos e textuais. Ao usar “bem-vinda”, os jornalistas vão na contramão de dados referentes ao ano sobre a LGBTIfobia no Brasil. No mesmo ano das “boas vindas” aos LGBTIs nas olimpíadas, o País teve o seu recorde em relação à mortes de LGBTIs. Em dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia, que faz um levantamento anual, 343 pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram mortas no ano de 2016 no Brasil. Isto não deslegitima o fato de ser o ano com mais pessoas assumidamente LGBTIs de todas as olimpíadas, mas destoa do “bem-vindo” usado no subtítulo da reportagem, pois não condiz com a situação política e cultural do Brasil no ano.

Aqui vale entrar também em um estereótipo do brasileiro, ao de que o Brasil é um país que abraça a diversidade e é composto por ela. Freire Filho (2004) defende que a discussão sobre estereótipos não pode ser vista como algo natural e que deve ser questionada para não estagnar a discussão acerca de preconceitos:

O argumento de que representações seletivas, parciais, ultra-simplificadas e instrumentais do Outro são parte integral do processamento mental dos estímulos atravessa grande parte da pesquisa na área da psicologia social, com repercussão nos campos da ciência política, da história e dos Estudos Culturais e midiáticos. Tal premissa nos leva, porém, à temerária conclusão da necessidade do estereótipo, inocentando seus perpetradores, e deixando-nos inermes diante do racismo, da xenofobia e da discriminação sexual (FREIRE FILHO, 2004, p. 46).

Para o autor, os meios de comunicação e seus discursos podem ser destacados como “sensível problema para o processo democrático, cujo desenvolvimento demanda a opinião esclarecida de de cada cidadão a respeito de questões capitais da vida política e social” (FREIRE FILHO, 2004, p.47), isto é, o processo jornalístico (enquanto componente deste cenário midiático) é grande responsável por disseminar informações que contribuam para a democratização.

os estereótipos, a exemplo de outras categorias, atuam como uma forma de impor um sentido de organização ao mundo social; a diferença básica, contudo, é que os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração; da justificação e da racionalização de comportamentos hostis e, in extremis, letais (FREIRE FILHO, 2004, p. 47).

No caso desta reportagem, o estereótipo do brasileiro como sendo um povo receptivo e de pazes feitas com suas diversidades, faz com que haja uma incongruência com a realidade do país. Reforçar este estereótipo é trazer a identidade do brasileiro como alguém que aceita a

diversidade, como se as manifestações de carinho entre LGBTIs fossem sempre bem recebidas pelas pessoas.

O ideal olímpico de harmonia entre povos ganhou um companheiro de peso nos Jogos do Rio de Janeiro: a tolerância com a orientação sexual. Nunca uma edição das Olimpíadas viu tanta participação de esportistas assumidamente gays. Ao menos 51 atletas que competiram na capital carioca se declaram homossexuais (confira quadro). Nas áreas comuns da Vila Olímpica, nas redes sociais, nos sites noticiosos, na tevê, nos jornais, nas quadras, nas pistas e nos campos de competição, as manifestações de amor ocorriam abertamente. Em uma das cidades preferidas pelo público LGBT na América do Sul, essas declarações e aparições públicas chamaram a atenção pela razão certa: o entendimento de que o preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais e transexuais não pode mais ser aceito.

De fato, a quantidade de gays, bissexuais e lésbicas assumidas nesta olimpíada tem valor significativo para a causa e deve ser celebrado, mas é preciso cuidado ao dar o tom da matéria, ainda mais quando se atribui esta “tolerância” à cidade do Rio de Janeiro ao final do texto: “Para a causa gay, não poderia haver melhor oportunidade do que uma Olimpíada, o evento mais global do planeta. Nesse aspecto, os Jogos do Rio ganharam a medalha de ouro”. O mérito, neste caso, cabe aos LGBTIs que conseguiram assumir a sua sexualidade ou identidade de gênero, apesar do cenário cultural e político em que se encontram. Trabalhar com a identidade do Brasil enquanto um país tolerante e receptivo é apagar as violências diárias cometidas contra esta comunidade e construir uma memória cultural que destoa da realidade através de uma produção jornalística superficial.

#### **4.4. Identidade e política: representações de LGBTIs no âmbito político**

O aporte teórico acerca de representação, discutido no subcapítulo 2.2 (página 23) é importante para a reflexão desta análise, pois trata da importância dos discursos imagéticos e textuais na representação de algo. Na análise há três imagens veiculadas nas revistas *Veja* e *Carta Capital*.

A primeira fotografia (Figura 5) foi publicada na *Veja* no dia 27 de abril de 2016, na editoria de “Imagens da semana”. Logo se trata de fotografias que marcaram de alguma forma o período. A foto (Figura 5) foi feita por Diego Vara e pertence à agência de notícias RBS. Já é possível traçar aqui um paralelo com a discussão de Kossoy quando ele defende que essas agências e arquivos de redação tendem a banalizar uma imagem, pois uma mesma imagem é utilizada em diferentes veículos, com diferentes contextos e em diferentes épocas.

Figura 5: A irrelevância dos extremos



Fonte: Diego Vara/RBS

A fotografia (Figura 5) isolada do texto não diz muita coisa, apenas que há homens engravatados e um deles, mais destacado que o resto, cuspe no outro personagem da foto que não é revelado, pois está de costas. O que traz uma noção temporal e histórica para esta fotografia é o texto ao lado e sua legenda.

A contextualização tem por objetivo estabelecer as relações entre o conteúdo da imagem e o contexto em que foi a mesma produzida. Isto significa que essas relações se desenvolvem entre o que vemos na imagem e tudo aquilo que lhe é externo, o extraquadro espacial (KOSSOY, 2007 p.108).

É importante ressaltar que o objetivo não é fazer uma análise dos textos que acompanham as fotografias, mas sim delas propriamente ditas. Nele o jornalista Diego Schelp com o título “A irrelevância dos extremos” afirma que se trata do momento em que o deputado

Jean Wyllys (o homem com um cachecol vermelho) cospe em outro deputado, Jair Bolsonaro (o homem com as mãos levantadas e de costas para a câmera), durante a votação do Impeachment da então presidenta Dilma Roussef. Ambos os políticos são deputados federais, sendo o primeiro defensor dos direitos LGBTI e assumidamente homossexual, e o segundo<sup>9</sup> mais conservador. O momento da foto teria acontecido por uma provocação homofóbica de Jair Bolsonaro a Jean Wyllys.

O texto ao lado da foto situa o leitor no momento da foto, em sua gênese, sua criação. Porém, leva-o ao segundo tempo da fotografia como dizia Kossoy, que é o da representação, sendo esta a forma como o leitor decodifica a imagem e a interpreta. Por isso, alguém que desconheça o contexto político desta foto, seus personagens e os pontos de vista que cada um deles defende, dificilmente atribui um significado coeso a esta foto e tampouco se lembra dela. Por isso Kossoy (2007) destaca que o fato por si só não possui grande importância perto do que é significado dele, sua representação.

Uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado; ela sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida. O espaço urbano, os monumentos arquitetônicos, o vestuário, a pose e as aparências elaborados dos personagens estão ali congelados na escala habitual do original fotográfico: informações multidisciplinares nele gravadas (KOSSOY, 2007, p. 115).

Talvez o problema da foto resida em não trazer uma reflexão sobre o problema, no sentido de que toda a explicação da foto teve que ser feita por meio de texto, uma vez que a imagem, talvez por ter sido intensamente compartilhada em diferentes meios de comunicação, não conseguiu acarretar toda essa bagagem.

A segunda fotografia (Figura 6) foi publicada no dia 15 de março de 2017 também em “Imagem da semana”, desta vez de um ensaio fotográfico pelo estúdio *UALL!* O texto é também de Diogo Schelp.

---

<sup>9</sup> Jair Bolsonaro (PSL) se tornou presidente do Brasil em 2018 e assumiu a presidência em 2019.

Figura 6: Mais um passo à frente/ Veja



Fonte: Diogo Schelp

Sem o texto é possível recuperar pouco da imagem, tratando-se de dois homens, um beijando a mão do outro, com roupas sociais e uma câmera apontada para eles. É possível presumir, através de representações constantes na mídia, que é um casal homoafetivo que possivelmente está se casando. O que talvez nos leve ao estereotípico de que quando dois homens trocam afetos, necessariamente são um casal. Quando na verdade poderia se tratar de dois irmãos, dois amigos, talvez até mesmo pai e filho.

De forma análoga, o termo designa, também, o uso dos variados sistemas significantes disponíveis (textos, imagens, sons) para “falar por” ou “falar sobre” categorias ou grupos sociais, no campo de batalha simbólico das artes e indústrias da cultura (FREIRE FILHO, 2005, p. 18).

O texto traz um viés político para imagem que é um projeto para mudar na constituição a designação da entidade familiar como sendo entre “homem e mulher” para “entre duas

peças”. Um problema desta imagem é que ela vem para ilustrar o texto e pouco diz sobre a mudança constitucional nela própria, reforçando o estereótipo de que dois homens juntos, um beijando a mão do outro, são homossexuais. Isto acaba residindo no que Kossoy (2007) atribuía à relação da fotografia como memória, sendo esta um registro de seus personagens.

A fotografia tem se prestado, desde sua invenção, ao registro amplo e conclusivo da experiência humana. A memória do homem e de suas realizações tem se mantido sob as mais diferentes formas e meios graças a um sem número de aplicações da imagem fotográfica ao longo dos últimos 170 anos (KOSSOY, p. 132, 2007).

Aqui é possível até mesmo traçar um paralelo com a ideia de memória de Bosi (1994) acerca da relação de memória individual e coletiva:

A força da evocação pode depender do grau de interação que envolve: eventos de repercussão restrita diferem, em sua memorização, dos que foram revividos por um grupo anos a fio. Mas uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais.

E ainda sobre a percepção de memória, a autora afirma que:

Conhecemos a tendência da mente de remodelar toda experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. O empenho do indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um “desejo de explicação” (Bosi, 1994, p. 419).

A terceira (Figura 7) e última foto é da revista Carta Capital, do dia 17 de junho de 2016. A imagem é da agência de notícias internacional Reuters. Assim, as três fotos não são exclusivas e pertencem a banco de imagens, agências noticiosas e estúdios de fotografia, o que já preocupava Kossoy sobre a banalidade do uso intensivo de mesmas imagens em diferentes contextos.

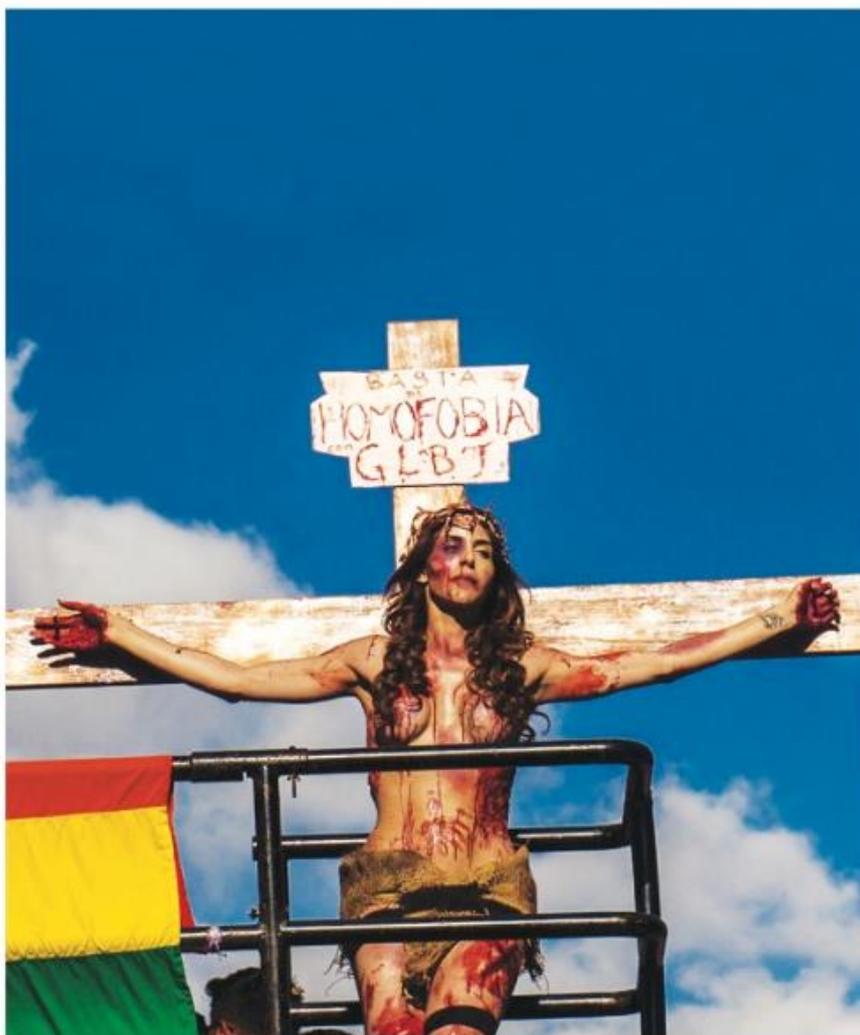
Na imagem (Figura 7) é possível ver uma mulher com pose similar à de Jesus Cristo quando foi crucificado, ou pelo menos a imagem que foi construída do ato. Na fotografia se pode ler “Basta Homofobia LGBTI” na cruz, o que deixa a entender que esta mulher pertence a essa comunidade, podendo ser uma mulher transexual ou lésbica. A foto por si só não esclarece qual o vínculo dessa mulher com a comunidade, mas traz a reflexão e analogia de que homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis são diariamente mortos e, no caso crucificados, por não estarem de acordo com as normas sociais. A imagem não chega a trazer uma reflexão profunda do tema, pois não cuida dos elementos que compõe a foto, por exemplo,

a bandeira ao lado da mulher traz as cores vermelha, amarela e verde, podendo remeter a outros movimentos como o do *raggae* e não o LGBTI.

Figura 7: Retratos Capitais

## Retratos Capitais

POR STRINGER BRAZIL/REUTERS/LATINSTOCK



**Hosana nas alturas.** A versão LGBT de Cristo interpretada pela transexual Viviany Beleboni na Parada Gay causou furor em círculos religiosos. A atriz foi ameaçada de morte e um deputado tentou criminalizar a "cristofobia".

Fonte: Carta Capital/ Reuters

É com o aporte da legenda que se permite entender melhor a situação. Trata-se de uma modelo e atriz transexual que desfilou em um carro alegórico na parada LGBTI estando crucificada. A legenda apresenta o seguinte texto: “A versão LGBT de Cristo interpretada pela transexual Viviany Belebony na Parada Gay causou furor em círculos religiosos. A atriz foi ameaçada de morte e um deputado propôs criminalizar a “cristofobia”.

O que permite um maior entendimento desta foto é a memória que se tem de Jesus sendo crucificado. Kossoy (2007) discute sobre essa memória ao falar de dois tipos de iconografia:

De um lado, a iconografia “verdade”: de outro, também a iconografia, porém acrescida de componentes ficcionais, ou de outras verdades. A primeira se refere a uma memória engendrada pela vida; a segunda a uma memória *in vitro*, sintética, uma máscara sem rosto, sem um tempo histórico, independente da natureza (KOSSOY, p.139, 2007).

Com todo o estudo de Kossoy pode-se entender a imagem como uma construção ilusória da realidade, uma representação da gênese da fotografia. E por se tratar de uma representação, estas fotografias estão constantemente sendo ressignificadas com o tempo. Por exemplo, a figura 5 talvez possua significados diferentes em 2019 do que em 2016, ano que foi publicada. Na ocasião, os deputados se desentenderam durante votação do impeachment. Em 2019, Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente da república e Jean Willys (PSOL) resolveu abandonar o mandato devido a ameaças de morte por conta da sua militância a favor de LGBTIs e outras “minorias”. Esta foto, circulada no ano de 2019, possui um outro peso e carrega mais discursos do que quando foi circulada em 2016, por isto é importante destacar o contexto de uma fotografia.

Se tratando de uma representação de identidades, como as da comunidade LGBTI, é preciso que os veículos de informação tenham o constante cuidado de acompanhar as mudanças sociais e culturais para quebrar estereótipos e trazerem uma discussão mais profunda ao tema e imagens que de fato tragam reflexão e, possivelmente, uma mudança no comportamento.

As fotografias estudadas com o aporte de Kossoy reforçam três pontos que o autor destacou em sua bibliografia: há um constante uso dos bancos de imagens e agências de notícias que faz com que se perca a originalidade de uma fotografia e a torna banal no meio social e, por torna-se banal, a fotografia não leva o seu receptor ao momento de reflexão; o segundo ponto é de que pouco importa o fato propriamente dito, mas sim o que é feito dele, sua representação. A efemeridade do momento em que a foto é tirada torna-se frágil perto do real potencial de significação que o leitor faz da imagem, tendo consigo sua memória e noção de

mundo; e por fim, é que a fotografia não é um documento da realidade, ou seja, “o registro fotográfico ou testemunho fotográfico não é isento e sua verdade é apenas relativa” (KOSSOY, 2007, p. 118). Sendo a fotografia, de fato, um meio de conhecimento, de contato com o passado, mas não um “conhecimento definitivo dele” (KOSSOY, 2007, p. 121).

Deste modo, seria interessante que as redações jornalísticas entendessem o potencial que uma imagem possui, tanto o de diminuir a importância de algo ocorrido, como o de dar visibilidade a problemas sociais. A comunidade LGBTI, por sofrer retaliações físicas e verbais, é cada vez mais um tópico necessário no ambiente jornalístico. As representações dessas identidades provêm dos textos, mas também, com grande importância das fotografias que ajudam a construir a imagem e, conseqüentemente, a memória cultural da sociedade sobre o tema. É com a ajuda das representações imagéticas que se pode perpetuar estereótipos ou quebrá-los.

#### **4.5. Identidade e fragilidade: a figura do(a) transexual na capa da Veja**

A presente análise é voltada para a capa da Veja: “Meu filho é trans: Veja narra a saga dos pais de crianças que não se identificam com o seu sexo biológico – condição que afeta 1 milhão de brasileiros”. A matéria e capa foram dadas no dia 18 de outubro de 2017, na Edição 2552.

Figura 8: Capa da Veja de 18 de agosto de 2017



Fonte: Veja, Edição 2552, ano 50, nº42, 18 de out de 2018

Como se fala muito em representação imagética e textual para esta pesquisa, o primeiro momento da análise faz uma reflexão sobre a capa da revista. A capa, não assinada e, portanto, não pode ser atribuída à jornalista da matéria, traz a figura do que parece ser um homem com uma menina abraçada. Retirando todo o contexto e voltando o olhar somente para a fotografia é difícil entender o seu cenário, isto é, a foto por si só não diz muito sobre a real temática da

reportagem. Esta foto poderia ser atrelada a diferentes temas, guiados pela própria noção de infância, paternidade e fragilidade que se tem. Não é possível através da fotografia dizer se o homem é pai desta criança, se esta criança é, de fato, uma menina e muito menos que este é o pai de uma menina trans. Esta foto poderia servir de cenário para uma matéria sobre pedofilia ou, por exemplo. É com a contextualização que vem através do texto da capa que se torna possível criar um caminho mais coerente para a leitura, tanto do texto como da imagem. “Meu filho é trans” é o que introduz o assunto e traz sentido à uma imagem que é superficial. O que resgata a fala de Joly (1994) quando a autora defende que “de fato, mesmo comparada à linguagem falada por conformismo ou comodidade, a imagem é fundamentalmente diferente dela, na medida em que não pode afirmar nem negar nada, e tampouco focalizar a si mesma (JOLY, 1994, p. 58). Isto faz com que a imagem precise sempre de uma reflexão acerca de sua abordagem e dos processos em que está inserida.

Pensando no Circuito da Cultura LGBTI, esta imagem representa, em certa instância, a fragilidade dos transexuais e exalta um certo heroísmo por parte dos pais de transexuais quando chegam ao fim desta “saga”, o que é reforçado, através da imagem do pai como protetor, como o que abraça sua filha na capa da Veja. Isto não quer dizer que a construção imagética esteja equivocada, mas sim, que ela contribui para uma memória cultural acerca da forma como as pessoas devem e lidam com a transexualidade de outras pessoas, como se o fim deste processo extenso de gênero terminasse no abraço dos pais. É claro que isto é grande parte da trajetória, ainda mais com os números alarmantes em relação à jovens LGBTIs, mas o processo é também muito interno e vai além da aceitação de elementos exteriores. Por isto, um caminho possível para a representação desta identidade seja através de imagens que tragam mais a força, a independência deste processo de transgeneridade. Isto tudo é possível através da produção do fotojornalismo, em imagens que estejam fora dos estúdios e das poses ensaiadas e transmitam, de fato, uma reflexão sobre o tema e sobre seus desdobramentos.

No interior da revista a imagem do abraço, do zelo persistem em mais 4 fotos:

**Figura 9 – Pais e filhos transexuais**



Fonte: Veja, Edição 2552, ano 50, nº42, 18 de out de 2018

É preciso entender que esta pesquisa não tem intenção de desqualificar a abraço paternal e maternal como parte de um discurso de “aceitação”. Reconhece-se que o abraço, nestes casos, simboliza o abraçar da diversidade e o fim de um processo. O problema está em reduzir as representações imagéticas da temática apenas para um suposto fim do processo de aceitação. Seria interessante se a revista trouxesse outras opções e possibilidade de representação imagéticas que vão além do zelo. Como se, por exemplo, tivessem fotografias com o cotidiano destas crianças e adolescentes transexuais com o seus pais. Ir além daquilo que está na superfície, imageticamente falando, e incluir também estas identidades transexuais no discurso, como parte integrante dele e não submissa a ele.

A matéria no interior da revista reforça a ideia da jornada com o título “A saga de ter um filho transgênero” quase como uma odisseia da aceitação. O subtítulo carrega mais deste discurso quando diz “O drama dos pais ao descobrir o conflito de identidade de gênero de suas crianças é um turbilhão emocional que passa pelo susto e pelo medo e só sereniza com tolerância e respeito”. Ao usar “drama” para se referir ao processo do pais e mães de transexuais, Giulia Vidale (repórter responsável pela matéria) sublinha a dificuldade ao invés de ressaltar outros aspectos das narrativas. Veja, os discursos em torno da temática estão sempre ligados à aceitação dos outros, como se o outro fosse o único componente dos discursos textuais e imagéticos da temática LGBTI. Como já ressaltado no parágrafo anterior, de fato estes componentes são importantes para o caminho do reconhecimento da diferença e da sua normalização, mas há outros caminhos possíveis como o de exaltar o processo interno que é se reconhecer enquanto LGBTI e aceitar as imbricações que daí brotam. A matéria tem a intenção de trazer a visão dos pais e isto é legítimo, mas este não pode ser o único discurso.

O restante da reportagem tem uma abordagem condizente, pois aborda vários aspectos da transgeneridade, personagens diversos (anônimos e famosos) de diferentes faixas etárias, traz fontes oficiais muito comuns neste tipo de matéria como psicólogos, traça um histórico breve da temática no Brasil. Por isto, vale ressaltar alguns pontos desta matéria para a reflexão final acerca do Circuito da Cultura LGBTI:

Giulia Vidale (2017), em relação ao processo de “aceitação” dos pais, diz que um estudo de Harvard apontou a seguinte questão:

Há três revelações fundamentais: cetismo, negação e luto são as primeiras reações dos pais ao identificar a condição do filho; em seguida, tentam acordos com os filhos, sobre os lugares e os momentos em que eles podem se vestir ou se comportar segundo o novo gênero; por fim, os pais procuram serviços de saúde especializados, como ajuda psicológica, não por que tenham dificuldade de aceitar seus filhos, mas porque temem a discriminação nas ruas, como bullying e a violência física (VIDALE, 2017, p. 79).

Neste momento do texto, a jornalista traz uma questão importante que foi apontada pelo presente trabalho que é a de que a aceitação dos pais não é a única questão que importa no processo da transexualidade, mas a violência é também uma das ramificações que deve ser trabalhada sempre que possível. Porém, a jornalista opta por dar continuidade ao texto sem abordar o tema da transfobia e assim segue até o fim do texto. Jaqueline Gomes de Jesus (2015) define a transfobia como sendo “o preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis” (JESUS, 2015, p. 60). A autora ainda afirma que

A transfobia é uma questão de gênero, por meio da qual mulheres trans são, preconceituosamente, consideradas inferiores às outras mulheres; homens trans

são também considerados como inferiores aos demais homens; e travestis sequer são tidas como gente (...) por isso, com relação às pessoas trans, é melhor falarmos de transfobia” (JESUS, 2015, p.62).

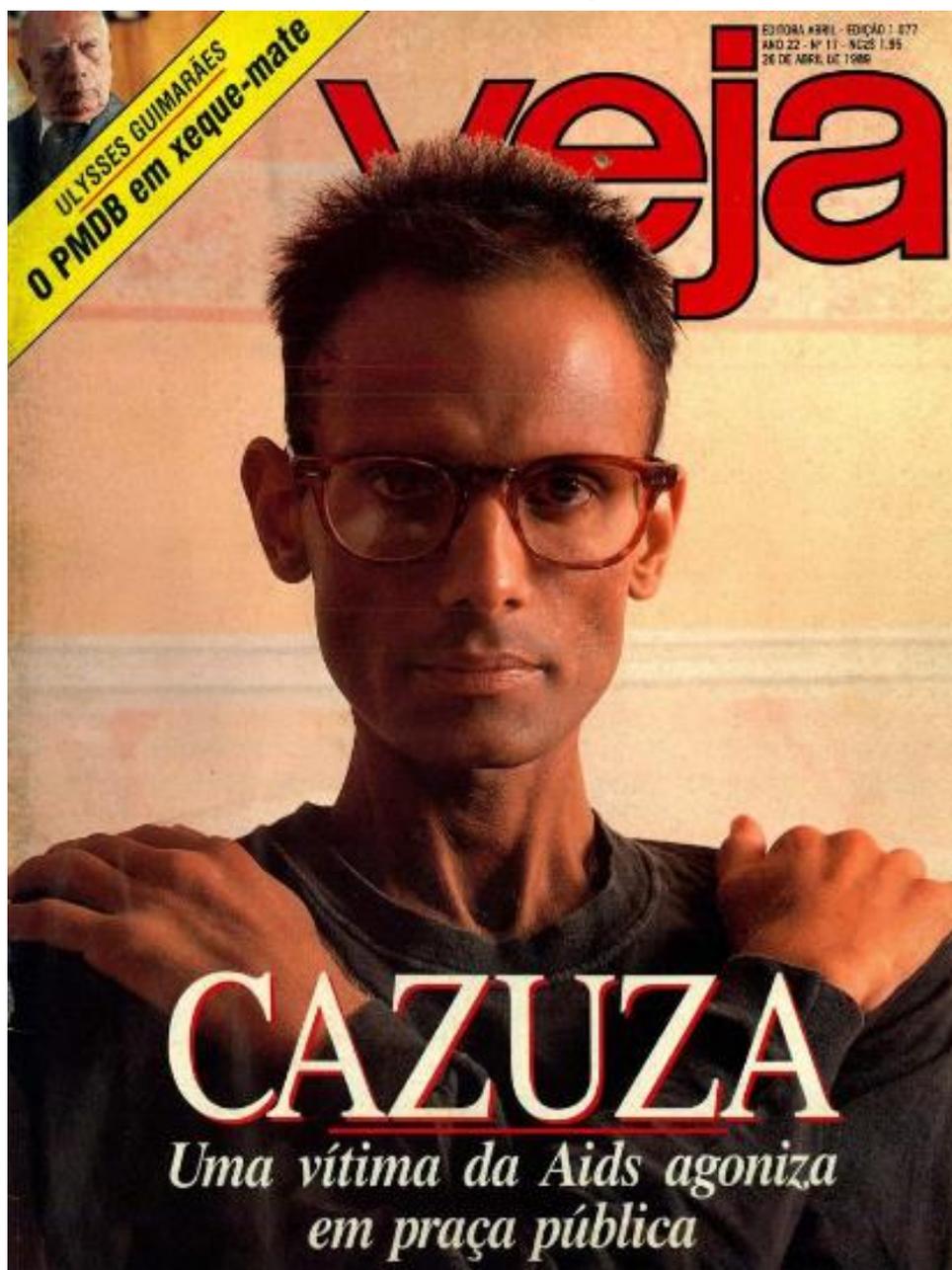
Quando a matéria da *Veja* traz uma reportagem com vários tópicos de discussão e diferentes personagens sobre o tema ela traz luz ao assunto, mas comete o equívoco de não trazer a discussão sobre a transfobia e joga às sombras das narrativas a violência que é cometida contra esta comunidade de pessoas. Isto para o Circuito da Cultura LGBTI faz com que quem lê a matéria se distancie cada vez mais da seriedade do assunto, pois não atrela às identidades transexuais o fator da violência, mas apenas da transição e aceitação dos pais. Isto faz com que a memória cultural, através destas representações imagéticas e textuais abordadas no trabalho, esteja enfraquecida pelos processos de produção jornalística. Isto quer dizer que, cada vez mais, os leitores irão diminuir o peso da transexualidade, pois a ela não foi atrelada a violência cotidiana e, muito menos, ao processo interno que é ser transexual ou travesti no Brasil. Desta maneira, a identidade cultural que vem através da representação de imagem e texto da produção da reportagem da revista *Veja* é a da transexualidade vinculada à fragilidade e vulnerabilidade. Isto não quer dizer que estas pessoas não tenham seus momentos vulneráveis ou frágeis, mas restringir elas a isto podem ser problemáticos, pois não contempla a complexidade discursiva LGBTI.

#### **4.6. Identidade e promiscuidade: a representação do homossexual como detentor do HIV na revista *Época***

Neste tópico da pesquisa é feita uma análise cultural da capa e reportagem de capa da revista *Época*, do dia 2 de abril de 2018. Com reportagem feita por Danilo Thomas, com capa assinada pelo jornalista.

Contudo, antes de efetivar a análise, é proposta uma volta aos anos 80, com a capa da *Veja* de 26 de abril de 1989. A capa vem com o seguinte título: “Cazuza: vítima da Aids agoniza em praça pública” e traz consigo a ideia de que o cantor e compositor escolheu morrer aos olhos do público, desmerecendo toda a luta que Cazuza travou para assumir a doença e lutar contra ela na época, como se vê na Figura 3, abaixo.

Figura 10 - Cazuzza na capa de Veja



Fonte: Revista Veja, 26/4/1989

O seguinte trecho elucida bem o tom da matéria:

O mundo de Cazuzza está se acabando com estrondo e sem lamúrias. Primeiro ídolo popular a admitir que está com Aids, a letal síndrome da imunodeficiência adquirida, o roqueiro carioca nascido há 31 anos com o nome de Agenor de Miranda Araújo Neto definha um pouco a cada dia rumo ao fim inexorável.

Em relação à imagem, a foto do Cazuzza, quando desatrelada do seu contexto não diz respeito a absolutamente nada. Isto é, a imagem em si poderia significar muitas coisas, mas o significado a ela atribuído só alcança o seu objetivo quando lida em seu contexto. Nesta imagem a figura de Cazuzza funciona como uma personificação dessa “agonia” a qual a revista *Veja* se refere e que, durante muito tempo, foi a ideia atribuída aos pacientes com Aids, que é a de extremamente magros, traçando um estereótipo para estas pessoas. Mais especificamente ainda, este estereótipo foi durante muito tempo ligado aos homossexuais como o “câncer gay”. O problema desta identidade visual atribuída aos homossexuais através da representação de alguém muito magro é a de que se cria uma memória cultural acerca do tema, uma forma de associação da magreza com a doença, excluindo outras possibilidades e ramificações da doença. Isso tudo vem através da produção (por exemplo de revista) e da circulação em massa desta representação de identidade.

Vinte e nove anos depois, desconstruídos os estereótipos (através de discursos médicos e de outros atores sociais) de homossexuais como transmissores do HIV, a revista *Época* publica a seguinte capa: “*A outra pílula azul: o novo medicamento que está fazendo os gays abandonar a segurança da camisinha*”. O comparativo com a capa de Cazuzza da *Veja* é exatamente para mostrar o conteúdo regressivo da revista em abordar o tema. O problema é que o erro da *Veja* (junto com outras forças sociais e políticas), em 1989, feriu a memória cultural de uma sociedade e colocou sobre os homossexuais a responsabilidade da transmissão do HIV. Porém, isto foi há 29 anos, quando estudos ainda estavam sendo desenvolvidos e o pouco que se sabia sobre a Aids e o HIV.

Figura 6: PrEP na capa da Época



Fonte: Revista Época. Ed. 1031, 2/4/2018

A *Época* (Figura 4) vem reforçar um discurso que fora combatido por diversos movimentos sociais, discursos oficiais (médicos infectologistas) e um esforço até de diferentes mídias em refutar a ideia de que o homossexual é o transmissor do vírus. O subtítulo “o novo

medicamento que está fazendo os gays abandonar a segurança da camisinha” vai além de seu erro de concordância em combinar o tempo verbal com o artigo no plural. Induz a pensar, em sua representação discursiva textual, que este medicamento é tomado somente por homossexuais, ao usar “os gays” a revista generaliza o comportamento de toda uma comunidade. O que leva, novamente, a Assmann (2011), que denuncia o discurso que pega a parte para entender o todo. Na metáfora aqui utilizada, é tomar o todo pelo que se enxerga pelo buraco do muro.

No interior da revista, a reportagem se desenvolve com mais alguns equívocos cognitivos. A começar com o título, “O novo azulzinho”, e uma espécie de subtítulo, “O azul é a cor mais quente”, repetido no topo das páginas, como uma tentativa de brincar com o título do filme francês (“Azul é a cor mais quente”, 2013, de Abdellatif Kechiche) Isto faz com que a questão não seja tratada com a devida seriedade que o assunto pede. O tom informal, quase em forma de brincadeira, é agravado com informações equivocadas, que sequer apresentam as fontes, como a que consta no olho da reportagem:

A PrEP está mudando o comportamento sexual de grupos de risco, sobretudo dos gays. Eles estão abandonando a camisinha, contribuindo para o aumento de doenças sexualmente transmissíveis.

Logo na página 37, o jornalista se contradiz ao dizer que “*não se pode garantir que o uso da PrEP esteja diretamente ligado à queda do uso de camisinha no Brasil*”. Além, disto a matéria se preocupou em apenas ouvir homossexuais, o que pode ter levado o jornalista a ir por este caminho de tratar o HIV como um problema quase que exclusivo dos gays. Quando na verdade, a exposição se dá para qualquer pessoa e, como já dito anterior mente, no texto de Carvalho (2015), o termo “grupos de risco” se referindo à homossexuais é equivocado.

A capa começou a circular pela internet e logo o coordenador do Estudo PrEP Brasil, médico infectologista Rico Vasconcelos, publicou um texto em sua página do *Facebook* no qual dizia estar arrependido de ter dado entrevista à *Época*<sup>10</sup>. O médico diz que o texto da *Época* está

Repleto de equívocos que reforçam estigmas sobre temas que já estão soterrados de preconceitos, como por exemplo o fato analisado com julgamento moral de que gays são promíscuos, ou que somente os gays precisam se preocupar com HIV”.

O resultado dessa reportagem será um desserviço ao programa de implementação da PrEP no Brasil, disseminando inverdades sobre o assunto,

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/prevencao-do-hiv-medico-infectologista-diz-se-arrependido-de-ter-dado-entrevista-a-epoca-sobre-prep/>. Acesso em: 10 abril 2018.

voltando a opinião pública contra a estratégia e fazendo com que pessoas que poderiam evitar suas infecções pelo HIV deixem de buscar a PrEP, permanecendo assim vulneráveis.

Em reposta<sup>11</sup>, a *Época* diz que “*A reportagem também não afirma que gays e bissexuais masculinos são promíscuos nem faz qualquer juízo de valor sobre os personagens apresentados*”. Apesar de, em seu título, frisar especificamente os gays e deduzir que todos eles estão abandonando o uso da camisinha ao usar o artigo “os” ao invés de “uns/alguns”. Além disto, para situar o leitor acerca do alcance do risco de contaminação entre os homossexuais, na abertura da matéria se dá uma descrição de orgia ambientada em uma boate específica de São Paulo:

Ali, entre paredes e teto pintados de negro, iluminação fraca composta de luzinhas azuis, grupos de homens jovens e de meia idade- de todas as raças e estratos sociais- reúnem-se para se masturbar, fazer sexo oral ou transar com parceiros conhecidos ou não- à vista de quem queira.

Em seguida, a *Época* continua a se justificar afirmando que “*O índice de prevalência do HIV em homossexuais e bissexuais masculinos acima dos 25 anos chega a 19,8%. Na população em geral está em 0,4%*”. A afirmação da revista contém dois pontos importantes: o primeiro de que dados não são fatos, e o que se faz deles, principalmente no jornalismo, é uma interpretação. Quando a revista resolve, através de um suposto estudo estatístico, focar em um grupo, ela desfoca os restantes. Assmann (2015) diz que quando há um foco de luz dentro de um cômodo, as outras partes tendem a ficar no escuro, fazendo uma alusão à dinâmica da memória e do esquecimento. Candau (2011) saliente que as identidades se transformam conforme os cenários, contextos e circunstâncias:

Essa emergência é a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados. Esses destaques das “dimensões” e das “significações da identidade” são geradores de diferenças ou, mais exatamente, de “fronteiras sociais” escorregadias a partir das quais os atores estimam que as coisas e as pessoas – “nós” versus “os outros” – são diferentes. Essas variações situacionais da identidade impedem de reificá-la, de reduzi-la a uma essência ou substância (CANDAU, 2011, p.27).

Rico Vasconcelos, o médico infectologista que concedeu entrevista à revista *Época*, ainda termina seu depoimento do *Facebook* dizendo que:

<sup>11</sup> Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2018/04/polemica-da-pilula-azul.html>. Acesso em: 10 de abril de 2018

Quando me dispus a ajudar a revista pretendia fazer a informação correta sobre a estratégia de prevenção chegar ao máximo de potenciais beneficiários possível, para quebrar impressões automáticas negativas e fazer finalmente a epidemia de HIV desacelerar no Brasil.

É o que Carvalho (2015) defende quando diz que o jornalismo deve estar atento às suas narrativas, sendo primordial identificar as complexidades do assunto, as relações de tempo que são acionadas, as personagens envolvidas (tanto como fonte ou agentes que ajudam a contar a história) e fazer com que todos estes elementos sejam esclarecedores para quem lê e no fazer jornalístico também.

Tendo em vista a metodologia proposta para esta dissertação do Circuito da Cultura LGBTI com os eixos de identidade, representação, produção e memória, o trabalho enxerga que há um descompasso entre o discurso jornalístico proferido pela revista *Época* quanto aos estudos sobre HIV e a representação da comunidade gay, em específico. A matéria se utiliza de generalizações, reforça o estereótipo do homem gay como transmissor do HIV e afirma como tal a sua identidade através da representação textual. Escurece o foco de luz em outros grupos que contraem o vírus e necessitam do medicamento para suas relações, reforça a ideia de promiscuidade ao abrir o seu texto descrevendo uma cena de orgia em uma boate (enxergar a parte como um todo) - o que pode ser visto ainda como uma celebração da liberdade da sexualidade, não só como promiscuidade - e por fim, estica a fronteira entre o “eu” e o “outro”.

Desta forma, na reportagem analisada há um distanciamento da realidade que dificulta enxergar o outro (LGBTI) para além do superficial. Ao não acompanhar discussões que já foram questionadas e sentenciadas como equivocadas (gays como grupo de risco), o jornalismo complica o caminho entre a ponte que pode unir a identidade “dominante” e a diferença. A reportagem e a capa, ambos assinados por Danilo Thomaz, trazem incorreções que foram apontadas pela própria fonte, o médico infectologista Rico Vasconcelos, que diz ter se arrependido de ter concedido a entrevista afirmando que a matéria é um “desserviço”. Estes processos de produção, circulação (já que a revista circula em âmbito nacional) e apropriação de uma abordagem errônea, implicam nas relações sociais cotidianas e, por isso, afetam a memória de uma sociedade, por seu consumo simbólico. Isto é, os leitores passam a consumir estas informações que não condizem com a natureza do tema. Ao ler que homossexuais abandonaram o uso da camisinha, ou seja, ao consumir esta informação (em seu valor simbólico) e a revista (em seu valor material), o leitor pode levar consigo as ideias que circunscrevem a abordagem jornalística do veículo, que é a de colocar homossexuais como

“grupos de risco” e de que todos abandonaram a camisinha, mesmo sendo uma atribuição de sentido equivocada.

É importante ressaltar que, através do Circuito da Cultura LGBTI (figura 4, na página 49), é possível perceber que há a construção da identidade do homossexual como portador do vírus HIV e o reforço do estereótipo da promiscuidade do grupo. Isto só é possível através de uma representação textual e imagética que liga diretamente a figura do homossexual a estas associações errôneas através da produção jornalística de revista. A matéria que possuía um espaço e refinamento maior do que o jornalismo diário acaba utilizando de identidades fixas e afetando a memória cultural de quem lê.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento final vale ressaltar alguns tópicos de discussão. As revistas apresentadas, no período de dois anos, tiveram poucas matérias circuladas em suas edições, com exceção da revista Veja, que deu espaço para 19 matérias, no total. Revistas como Época, IstoÉ e Carta Capital ficaram na base de 6 matérias. Isto é importante para refletir o espaço que esta temática LGBTI ganha de reflexão no ambiente midiático: escasso. Claro que a presente pesquisa ressalta que aqui o a qualidade das matérias não foi considerada. Enxergando o jornalismo como um forte reprodutor de discursos e, portanto, de representações, é importante que estes veículos abram espaço para a discussão sobre estes sujeitos que, cada vez mais, são mortos nos subúrbios da sociedade e nas margens da visibilidade.

Em um segundo momento, após as análises mais aprofundadas e de cunho cultural de algumas reportagens dos veículos selecionados, é possível traçar algumas identidades que são provenientes dos discursos da imprensa. Na matéria da Veja sobre crianças transexuais, por exemplo, é possível destacar a identidade cultural da pessoa transexual enquanto frágil que precisa ser “abraçada” pela cultura dominante dos pais heterossexuais. É importante destacar novamente que o trabalho não quer tirar a legitimidade de que, para alguns, o apoio dos pais é indispensável, mas a comunidade LGBTI, assim como qualquer comunidade de pessoas, possui suas complexidades e sua “aceitação” não pode estar sujeita somente à aprovação dos pais, mas como um doloroso (ou não) processo interno. Ao usar desta identidade estereotipada, a revista acaba por anular as outras experiências de transexuais.

Com as histórias de superação veiculadas pela Veja analisadas nesta pesquisa, é importante ressaltar que nem toda história desta comunidade envolve superação, pois muitas ainda estão no processo de se aceitar e outras tiveram suas histórias interrompidas pela LGBTIfobia. Desta maneira, apresentar somente histórias que tiveram sucesso coloca o sujeito em uma posição de sujeito à meritocracia, à ideia de que se ele se empenhar tudo pode acontecer, quando na verdade existem inúmeras variantes para que alguém alcance, de fato, um lugar confortável na sociedade.

A matéria da Época sobre o uso da Prep foi a que cometeu mais equívocos no que diz respeito à representação destas identidades. A revista resgata uma identidade cultural que já foi combatida por diversos discursos da medicina e da sociologia de que o homem homossexual é promíscuo e de que é o detentor do vírus HIV. Ao usar desta representação o veículo contribui para a fixação de um estereótipo e um atraso na memória cultural de uma sociedade. Isto faz com que as pessoas que consomem aquele produto acreditem, mais uma vez, que os membros

desta comunidade personificam a maldade, promiscuidade do homem e faz com que usem estas desinformações como arma para disseminar preconceito e violência.

Também, através do diagrama estabelecido para a pesquisa (Circuito da Cultura LGBTI), é possível destacar que a matéria “Pódio para a diversidade” aponta o Rio de Janeiro como um palco acolhedor das diferenças durante as olimpíadas de 2016, quando os dados sobre violência contra a comunidade LGBTI apontam outro caminho. Este tipo de representação apenas reforça o estereótipo do povo brasileiro como sendo acolhedor. O problema é que, ao estabelecer o brasileiro como sem preconceitos, as violências físicas e psicológicas perdem força e a discussão sobre LGBTIfobia perde lugar.

As imagens analisadas nesta pesquisa foram calcadas no argumento de que imagens constroem realidades e, por fazerem isto, são capazes de forjar identidade no interior de seus discursos ou de anular estas identidades quando não há discursos sobre. Também é considerado o fato de que as imagens precisam de um refinamento maior, pois quando isoladas de seus textos são, em grande parte, imagens de banco de imagens ou imagens de estúdio que não trazem muita discussão ao assunto ou que acabam fazendo referências equivocadas sobre a comunidade, como é o caso da matéria dos filhos transexuais todos sendo abraçados por seus pais.

Através do Circuito da Cultura LGBTI foi possível observar que as identidades culturais que nascem no interior destes discursos da imprensa, podem ficar, durante muito tempo, atreladas à memória cultural que uma sociedade tem sobre aquilo que está proposto na pauta. Há dois lados que podem servir de reflexão: o primeiro é o de que o discurso jornalístico, seja ele imagético ou textual, possui a capacidade de romper com estereótipos e introduzir pautas que antes não eram discutidas dentro da casa de seus leitores e, possivelmente, fazer com que a fronteira entre o eu e o outro diminua ou se torne mais compreensiva e respeitosa; o segundo lado e, talvez mais perigoso, é o de que ao reproduzir discursos que não condizem com o avanço social sobre os LGBTIs, o jornalismo pode contribuir para que as pessoas reafirmem seus preconceitos através de uma suposta validação das narrativas jornalísticas (que são tidas como “verdades”) e tenham uma visão equivocada destas identidades. Apesar de não ser o único fator a contribuir para a LGBTIfobia, é preciso ressaltar a importância do jornalismo no processo de desconstrução e/ou perpetuação de preconceitos. É trazendo as travestis para as narrativas, desatrelando homossexuais da promiscuidade, não sexualizando as lésbicas, falando sobre os(as) bissexuais, colocando transexuais em novas histórias, discutindo a intersexualidade e, mais importante ainda, falando sobre as pessoas LGBTIs que morreram vítimas do preconceito, é que o jornalismo tem a oportunidade de contribuir para um novo pensar e agir da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Mariana. **Homofobia mata uma pessoa a cada 25 horas**; Norte tem maior índice. Portal O Globo. 24 jan. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/homofobia-mata-uma-pessoa-cada-25-horas-norte-tem-maior-indice-20819002>. Acesso em: 8 de dezembro de 2017.

ANGRIMANI SOBRINHO, D. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

AZUBEL, Larissa Lauffer Reinhardt - Jornalismo de revista: um Olhar Complexo. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Fortaleza, CE – setembro de 2012. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/lista\\_area\\_DT1-JI.htm](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/lista_area_DT1-JI.htm). Acesso em: 15 set. 2018.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural; tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. (2012). Ensaio sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BARTHES, R. **Ensaio crítico**. Lisboa: Edições 70, 1971.

BOSI, Ecléa. (1994). **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras.

CANAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 10. ed. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2005.

COLAÇO, Rita. **Os sombrios anos da "Peste Gay"**. 16 nov. 2012. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com.br/2012/11/os-sombrios-anos-da-peste-gay.html>. Acesso em: 11 abril de 2018.

CARVALHO, Carlos Alberto de. (2012). **Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero**. 1 ed. – Curitiba: Appris Ltda.

\_\_\_\_\_. Affecting and being affected by happening: journalistic coverage about AIDS and social impacts. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.** [online]. 2015, vol.38, n.2, p.253-272.

\_\_\_\_\_. SOUSA, Marco. Narrar, lembrar, esquecer: Os 35 anos da Igreja Universal na Folha Universal e na Folha de Portugal. **Estudos em Comunicação**. 2014, nº 17, p. 143-166.

DU GAY, P. et al. **Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman**. London: Sage, 1997.

FREIRE FILHO, J. (2005). Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 28, p. 18-29.

HALL, S. (1996). Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24, p.68-75.

\_\_\_\_\_. (2016). **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica de Arthur Ituassu. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio/Apicuri.

JOLY, Martine. **La interpretación de la imagen: entre memoria, estereotipo y seducción**. Barcelona: Paidós, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma análise da imagem**. 2ed. Campinas: Papyrus, 1986.

KELLNER, Douglas. (2001). **A cultura da mídia – Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC.

KOSSOY, Boris. **Os Tempos da Fotografia – entender a história da imagem para entender a nossa história**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

HOGGART, R. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

MARQUES DE MELO, José (Org.); Assis, Francisco de (Org.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2013.

MARTINS, S. Diva de qualquer estação. **Revista VEJA**. São Paulo. Ed. 2480, n. 22, jun. 1 2016. p. 96-97.

MARTINS, S.. É bafo! **Revista VEJA** São Paulo. Ed. 2535, n. 25, abril. 2017. P. 94-96.

MEYER, M. **O folhetim: uma história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Moraes, A. L. C. **A síndrome do protagonista: Uma abordagem cultural às personagens dos espetáculos de realidade da mídia**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2008.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª Ed., 9ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEDROSO, R. N. **A construção do discurso de sedução em jornal sensacionalista**. São Paulo, Annablume, 2001. P. 174.

RAMOS, R. Aqui, agora: poder e mito. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 9, p.111- 117, 1998.

REDAÇÃO. Prevenção do HIV: Médico infectologista diz se arrepender de ter dado entrevista à Época sobre PrEP. **Revista Fórum**, mar. 31 de 2018. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/prevencao-do-hiv-medico-infectologista-diz-se-arrepender-de-ter-dado-entrevista-a-epoca-sobre-prep/>. Acesso em: 10 abril 2018.

REDAÇÃO. A polêmica da pílula azul: capa de Época provoca manifestações de leitores em reportagem que narra novas formas de prevenção à aids. **Revista Época**. 5 abril de 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2018/04/polemica-da-pilula-azul.html>. Acesso em: 10 abril de 2018.

REUTERS. **Revista Carta Capital**. São Paulo. Ed. 854, 17 jun. 2015. P. 78.

SANTAELLA, L. (2003). **Culturas e artes do pós-humano: da cultura da mídia à cibercultura**. São Paulo: Paulus.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHELP, D. A irrelevância dos extremos. **Revista Veja**. São Paulo. Ed. 2475, n. 17, 27 abril 2016, P. 32.

SCHELP, D. Mais um passo à frente. **Revista Veja**. São Paulo. Ed. 2521, n. 11, 15 mar. 2017. P. 28-29.

SOARES, MC. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 272.2009.

TARKOVSKY, A. **Esculpir o tempo**. 2 ed. - São Paulo : Martins Fontes. 1998.

THOMAZ, Danilo. A outra pílula azul: o novo medicamento que está fazendo os gays abandonar a segurança da camisinha. **Revista Época**. São Paulo. Ed. 1031, abril. 2/4/2018. p. 34-42.

WOODWARD, K. (2000). **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomás Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

## ANEXO

### ANEXO 1: Entrevista Boris Kossoy

Um olhar é sempre específico. Em qualquer instante, em qualquer lugar, em qualquer tempo, mas é sempre específico de quem está observando ou de quem está registrando. Portanto, é um olhar conduzido, é um olhar que resulta do *background* de quem está olhando. Então qualquer tema que seja, ele é sempre objeto de diferentes olhares e de diferentes registros e de diferentes interpretações, sempre.

A fotografia desde o seu início, desde sua invenção, é uma representação produzida segundo olhar do fotógrafo e utilizando determinada técnica fotográfica daquele tempo, mas sempre a partir de um sistema de representação visual que nasce com a câmara obscura, que é a máquina fotográfica. Isso significa que a imagem é sempre um fragmento daquilo que foi visto por alguém e esse fragmento não pode ser tomado como expressão de toda uma realidade, é um fragmento. A fotografia é por natureza fragmentaria.

Então a especificidade primeira da fotografia é ser um fragmento, resultar de um determinado olhar e é produzida por um sistema de representação visual que é um meio de fomeio fantástico de representar o chamado real, segundo as leis da perspectiva renascentista. A questão toda é como esta imagem é usada, utilizada, manipulada depois, mas o sistema matriz resulta deste sistema de representação visual, segundo estas características.

A fotografia antes de ser documento ela é uma representação e essa é a questão que se perde de vista. Os problemas que resultam disto diz respeito da manipulação das massas. Você tem uma determinada foto que representa alguma coisa ou uma situação, conflito social ou conflito armado. Essa imagem só por si ela representa alguma coisa, mas ela transmite alguma coisa que você vai buscar no seu repertório alguma interpretação que não é a do seu vizinho e nem a do outro. No momento que esta imagem é usada na mídia com o texto que acompanha esta imagem, com o título, legendas, com contextualizações próximas da realidade ou afastadas da realidade de uma maneira ou de outra estão trabalhando com diferentes formas de ficção. A fotografia é então ficção? A fotografia tem elementos ficcionais sim. O trajeto da fotografia é muito longo, entre a produção e a recepção, entre a cabeça daquele que fez o registro e produziu a imagem e a cabeça daquele que está recebendo esta imagem. Há um caminho extenso da

ficção entre a produção e a recepção. John Berger diz uma frase certa curta que entre a tomada de uma foto e a recepção dessa foto existe um abismo<sup>12</sup>.

Desde a invenção da fotografia ao longo de todas as décadas do século XIX e ao longo de boa parte do século XX a ideia de documento fotográfico, sendo um documento da verdade, sempre dominou. Esta discussão da própria história da fotografia não aparece. Você está sempre vendo uma apresentação e imagens, de diferentes gêneros e categorias ao longo da história, mas muito mais apreciado do ponto de vista estético, enquanto representações sociais e questionamentos. É fato que a foto serve como denúncia, porém ela pode servir de denúncia para um lado ou para o outro e essa é que é a magia da fotografia. Por mais que você cerque a imagem, você tem que ter muita documentação em volta, muito depoimento e testemunho para que entenda o que não aparece na imagem ou o que aparece na imagem em função de um determinado interesse. Estamos sempre falando no visível e no invisível, no aparente e no oculto. Os significados estão no oculto da imagem. Questões de conflitos que tratam de vida, de morte e de sociedade, sempre existem modos de ver, interesses e ideologias. A fotografia é usada para mostrar denúncia sobre algo, mas na verdade é uma fabricação junto com os textos que acompanham para te induzir a pensar outra coisa. Isso significa que há uma homogeneização do olhar por parte dos receptores, dos leitores e dos espectadores. De modo que uma grande massa não questiona mais, vira as páginas do jornal e não reflete. Existe uma arquitetura dessas imagens, uma montagem. Esta insinuação que ocorre de fora para dentro, a provocação que acontece dentro do fotógrafo é equacionada em questões de segundos. O que a gente fala didaticamente expondo esta questão ao longo de horas, livros e muita discussão são questões resolvidas em segundos, desde o momento em que o fotógrafo enquadra determinado tempo. Existe um interesse de mostrar que há um foco sobre algo, mas o resto permanece na penumbra ou invisível.

“Fotografia é memória e com ela se confunde”<sup>13</sup> e isso vale para todo tipo de fotografia e todo tipo de situação. É uma maneira de, apesar de todas as construções, registrar algo que te refere a algo que aconteceu no passado. Tendo este registro visual é de uma utilidade enorme. É para o pesquisador uma possibilidade única de recuperação de informações. Constantemente

---

<sup>12</sup> “Entre o momento recolhido na película e o momento presente do olhar que se leva à fotografia, sempre existe um abismo” (BERGER apud DUBOIS, 2004, 90).

<sup>13</sup> “Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente” (KOSSOY, 2001, p. 156)

estou analisando fotografias e acabo descobrindo, em cena mesmo que contemporâneas, algum elemento de identificação como o nome de uma rua, o vestuário que está se usando, o ano que aqueles automóveis estão percorrendo no fundo da foto e começo a perceber que aquilo é dos anos 50, anos 60 ou anos 80 ou é alguma coisa que você desconhece completamente, mas sabe que é antigo. Estas possibilidades de determinar espaços e tempos dão à fotografia um valor incalculável de preservação e recuperação da memória e da história. Claro que uma imagem te transmite somente alguns dados e informações, mas mais e mais daquele mesmo fato ou daquele cenário te leva a reconstituir, através de imagem, o cenário e o modo de ser de uma época, o espírito de uma época.

Qual foi a representação do negro na iconografia brasileira? Primeiro, quem produziu estas imagens? Você vai ver que em geral fotógrafos estrangeiros ou nacionais que absorveram esta mentalidade de fotografar o negro como um ser exótico, de torna-lo um objeto diante da câmera, como se fosse uma coisa. Estas imagens ideológicas fizeram uma imagem muito forte do Brasil no século XIX e que travessou o século XX também. Existem as imagens de alguma coisa que não é conhecida, absolutamente desconhecida (eu to falando coisa e não gente) que pode oferecer um modo de percepção generalizado de pessoas interessadas naquilo. Qual a expectativa da imagem do negro? Qual a expectativa de Brasil? Eram fotografias que repetem estereótipos que calcam em cima destas ideias preestabelecidas e retem este modo de ver que acaba sendo um modo de identificação e interpretação.

Existem outras formas destes registros do indivíduo no trabalho, com roupa de trabalhador do campo, dele na cidade. Quem fez isto foi o fotografo alemão August Sander fotografando a sociedade alemã dos anos 20, depois ele acabou sofrendo com a chegada do nazismo. Ele mostrava ao açougueiro, o homem do carteiro. A gente olha para estas imagens e já estamos induzidos que aquele indivíduo é o carteiro, o homem do cartório, o policial, em parte pelas imagens e outra porque elas estão identificadas.

Quando se fala de história ou qualquer outro tema, você tem que ter informações respaldadas pela linguagem e não pela imagem e não apenas pela imagem e vice-versa. Tem que ter uma fusão. Como acontece com a própria fotografia de imprensa ou fotojornalismo. As imagens começam a fazer sentido no momento que são corretamente identificadas, que estejam se referindo a alguma coisa que de fato aconteceu e que você possa comprovar que aquilo aconteceu através de testemunhos e por informações imediatas escritas do que está se passando no dia. É com estas coleções de informações que você consegue recuperar este tempo e fazer com que a imagem se torne mais importante do que ela é apenas como um objeto sem identificação que você apenas aprecia e não sabe o que significa.

Aconteceu uma inversão. A imagem nunca foi considerada pela história como documento histórico. A fotografia era considerada como um objeto de adorno, como uma “ilustração” ao texto. Então vinha o texto “senhor da verdade” e algumas fotos “ilustrando”. E foi assim até uns 30 anos atrás. Hoje aconteceu o contrário, porque as novas gerações são absolutamente influenciadas e impressionadas pela imagem. Só que esta imagem pode estar mentindo.

E as imagens do outro lado? Aqui se mostra um lado da guerra, mas e outro lado? Essas não se mostram, só de mostra um lado. As imagens estão sempre sujeitas as ficções. Tanto do ponto de vista técnico como ideológico. Este interesse direto com a imagem é porque ela domina nossa civilização desde as últimas décadas do século XIX. Nós vivemos através da imagem.